

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

19

PORTARIA Nº. 087-S DE 27 DE MARÇO DE 2018.

O **Secretário de Estado de Controle e Transparência**, no uso das atribuições e prerrogativas dispostas na Lei Complementar nº. 856, de 17 de maio de 2017, e em cumprimento às disposições estabelecidas na Lei nº 5.281, de 23 de outubro de 1996,

RESOLVE

Art. 1º. Publicar as Demonstrações Contábeis do Exercício 2017, elaboradas pela Secretaria de Estado da Fazenda-SEFAZ, as quais têm por base exclusivamente os atos e fatos registrados no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES) pelos órgãos, entidades e fundos da Administração Pública Estadual, conforme nota explicativa 1.

Art. 2º. As demonstrações contábeis, conforme nota explicativa 5, foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, no qual observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, assim como as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS					
RECEITAS CORRENTES (I)		14.700.065.375,00	14.759.246.267,85	14.944.054.862,40	184.808.594,55
RECEITA TRIBUTARIA		6.852.230.001,00	6.881.751.176,85	6.924.343.846,66	42.592.669,81
RECEITA DE CONTRIBUICOES		2.984.458.640,00	2.984.458.640,00	2.702.917.186,05	-281.541.453,95
RECEITA PATRIMONIAL		616.506.023,00	616.519.023,00	719.412.771,32	102.893.748,32
RECEITA AGROPECUARIA		10.000,00	10.000,00	1.652,85	-8.347,15
RECEITA INDUSTRIAL		21.360.000,00	21.360.000,00	14.657.313,32	-6.702.686,68
RECEITA DE SERVICOS		49.621.352,00	49.621.352,00	60.312.484,48	10.691.132,48
TRANSFERENCIAS CORRENTES		3.845.975.852,00	3.875.622.569,00	4.173.634.024,29	298.011.455,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		329.903.507,00	329.903.507,00	348.775.583,43	18.872.076,43
RECEITAS DE CAPITAL (II)		1.492.062.506,00	1.542.725.338,00	194.026.080,10	-1.348.699.257,90
OPERACOES DE CREDITO		1.144.809.000,00	1.194.209.000,00	88.870.091,22	-1.105.338.908,78
ALIENACAO DE BENS		2.716.433,00	5.116.433,00	6.173.495,69	1.057.062,69
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		299.388.111,00	298.250.943,00	63.520.506,49	-234.730.436,51
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		45.148.962,00	45.148.962,00	35.461.986,70	-9.686.975,30
Subtotal das receitas (III) = (I + II)		16.192.127.881,00	16.301.971.605,85	15.138.080.942,50	-1.163.890.663,35
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)		16.192.127.881,00	16.301.971.605,85	15.138.080.942,50	-1.163.890.663,35
Déficit Total (VI)		-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)		16.192.127.881,00	16.301.971.605,85	15.138.080.942,50	-1.163.890.663,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	1.135.346.931,21	780.701.042,33	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	0,00	-	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO	34	-	1.134.746.931,21	780.701.042,33	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		-	600.000,00	0,00	-

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	2.099.890,73	169.408.286,45	117.789.966,68	117.312.379,00	43.486.451,56	10.709.346,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	7.807.875,80	5.332.109,83	5.328.204,91	1.875.030,00	604.640,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.099.890,73	161.600.410,65	112.457.856,85	111.984.174,09	41.611.421,56	10.104.705,73
DESPESAS DE CAPITAL	2.284.361,37	68.528.560,24	48.171.048,95	44.991.387,33	21.409.116,62	4.412.417,66
INVESTIMENTOS	2.284.361,37	68.362.865,63	48.171.048,95	44.991.387,33	21.243.422,01	4.412.417,66
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	165.694,61	0,00	0,00	165.694,61	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.384.252,10	237.936.846,69	165.961.015,63	162.303.766,33	64.895.568,18	15.121.764,28

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ

Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	24.547.313,47	208.438.293,85	195.508.231,32	11.552.639,69	25.924.736,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.044.064,55	12.529.739,41	12.134.116,65	3.409.245,93	1.030.441,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.503.248,92	195.908.554,44	183.374.114,67	8.143.393,76	24.894.294,93
DESPESAS DE CAPITAL	17.265.627,00	31.463.984,36	30.806.240,29	2.570.152,81	15.353.218,26
INVESTIMENTOS	16.020.084,13	30.289.314,78	30.040.486,97	2.246.375,04	14.022.536,90
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.245.542,87	1.174.669,58	765.753,32	323.777,77	1.330.681,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	41.812.940,47	239.902.278,21	226.314.471,61	14.122.792,50	41.277.954,57

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ

Contador CRC ES nº 015974/O-0

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
BALANÇO FINANCEIRO
Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	37	15.138.080.942,50	14.797.829.953,87	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)		14.392.338.001,88	14.015.285.276,56
Ordinária		7.961.310.521,36	6.742.051.800,74	Ordinária		6.457.083.912,89	6.424.440.685,02
Vinculada		7.176.770.421,14	8.055.778.153,13	Vinculada		7.935.254.088,99	7.590.844.591,54
000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUIVEIS		0,00	0,00	102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		874.944.818,63	773.324.412,83
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		516.038.578,56	872.832.176,57	104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		1.758.121.150,33	1.546.982.313,13
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		1.129.383.595,48	1.432.529.935,44	113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (60%)		595.670.756,96	644.507.030,19
112 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DEC 2829-R, DE 17/08/11		425.889,83	2.712.872,85	114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)		281.461.977,01	257.664.224,58
113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (60%)		603.686.504,88	652.649.921,33	115 - ALIENAÇÃO DE BENS		2.474.050,24	0,00
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)		294.759.178,60	266.121.126,54	116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016		0,00	132.094.485,42
115 - ALIENAÇÃO DE BENS		3.815.035,34	2.355.089,26	131 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO		40.012.682,37	35.695.232,02
116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016		4.166.582,52	132.854.699,94	133 - CONVÊNIO - UNIÃO		23.319.945,63	7.774.858,45
131 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO		70.050.469,63	77.177.483,38	134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO		8.293.237,67	8.357.990,92
132 - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO		0,00	0,00	135 - SUS - PRODUÇÃO		568.458.550,48	557.938.750,13
133 - CONVÊNIO - UNIÃO		52.785.825,92	26.079.214,78	139 - DOAÇÕES		572.738,34	0,00
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO		19.112.491,46	20.690.607,73	141 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		360.900,00	2.244.705,84
135 - SUS - PRODUÇÃO		619.427.120,44	587.185.556,88	142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		43.511.083,23	157.814.610,68
136 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS		0,00	0,00	143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		81.450.654,43	68.274.042,19
139 - DOAÇÕES		2.157.055,96	1.226.742,06	147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE		5.965.131,01	294.381,11
141 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		605.307,13	5.373.959,23	150 - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS - PROGESTÃO		0,00	11.456,44
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		54.144.000,92	287.287.863,60	152 - PROGRAMA DE FOMENTO AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		8.414.597,67	0,00
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		90.534.242,96	88.060.111,44	154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		26.687.729,00	19.772.641,88
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE		0,00	0,00	157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		533.141,50	33.372,60
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE		48.927,81	82.892,96	159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		65.108.717,99	67.993.188,67
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE		22.576.815,54	8.962.282,45	163 - RECURSOS LEI PELE		1.779.666,62	1.121.164,53
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE		51.675,66	341.823,28	270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		2.599.273.878,92	0,00
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO		209.831,99	240.717,37	271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		372.015.385,29	358.574.769,69
150 - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS - PROGESTÃO		730.802,14	712.068,73	272 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS		8.770.847,70	10.392.865,76
151 - PROGRAMA DE APOIO SISTEMA DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AO EJA		19.154,42	21.631,56	274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		2.098.786,03	2.257.750,48
152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		36.565.938,38	0,00	275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		0,00	0,00
154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		27.343.243,87	20.741.296,88	302 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE		1.010.008,26	36.289.785,94
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		2.734.250,28	1.278.706,88	304 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		10.079.081,77	108.564.401,91
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		118.518.391,43	159.558.571,33	314 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - FUNDEB 40%		26.111.919,14	19.587.046,94
163 - RECURSOS LEI PELE		3.529.327,83	3.800.239,48	315 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ALIENAÇÃO DE BENS		3.529.692,17	4.481.269,32
164 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS ROYALTIES LEI 8.308/06		0,00	0,00	331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO		51.922.500,78	45.555.642,83
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC		2.076.481,11	22.588.698,13	332 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO		0,00	5.430,54
167 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS PARA AÇÕES DE DEFESA CIVIL		0,00	0,00	333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIO UNIÃO		29.805.539,69	21.454.646,60
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		3.058.420.904,22	0,00	334 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUS UNIÃO		9.269.282,24	7.097.852,40
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		415.246.956,19	468.483.412,55	335 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - SUS PRODUÇÃO		46.913.842,06	14.903.489,03
272 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS		20.130.900,36	21.813.730,99	339 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DOAÇÕES		1.024.076,74	188.165,99
273 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		9.479,10	21.629,19	341 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		2.813.695,53	0,00
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		6.857.443,46	8.905.714,80	342 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		163.198.569,56	96.306.149,04
275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		525.706,55	0,00	343 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		17.856.088,38	264.513,11
304 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		0,00	0,00	347 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE		9.237.300,04	16.434.490,98
331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO		0,00	30.915,06	348 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE		170.548,46	0,00
333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIO UNIÃO		0,00	128.914,73	349 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO		0,00	695.725,84
334 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUS UNIÃO		0,00	19.906,98	350 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS - PROGESTÃO		341.000,02	603.328,61
335 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - SUS PRODUÇÃO		0,00	8.172,69	357 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		267.359,80	2.008.140,43
342 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	4.937.925,42	359 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		29.254.059,95	46.466.486,60
670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	363 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS LEI PELE		2.839.422,06	3.527.128,53
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		82.311,77	527.547,45	365 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC		2.447.904,68	945.723,55
672 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS		0,00	0,00	367 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS PARA AÇÕES DE DEFESA CIVIL		0,00	3,86
673 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		0,00	2.877.433.993,29	670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		44.484.024,50	0,00
674 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		99.623.163,95	101.261.005,05
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS		0,00	0,00	672 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS		12.221.291,80	12.444.965,05
				673 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		118.343,94	0,00
				674 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.415.946,49	1.141.003,99
				RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS		0,00	2.397.493.966,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)		9.789.808.711,90	9.689.825.033,56	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		9.789.808.711,90	9.689.825.033,56
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	38	7.720.597.902,63	7.452.164.826,53	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	38	7.720.597.902,63	7.452.164.826,53
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		1.842.580.215,51	2.041.607.827,63	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		1.842.580.215,51	2.041.607.827,63
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		226.630.593,76	196.052.379,39	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		226.630.593,76	196.052.379,39
RECEBIMENTO EXTRA ORÇAMENTÁRIOS (III)		8.330.934.901,05	8.242.581.012,99	PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS (VIII)		8.223.874.700,04	8.273.353.542,96
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		352.372.212,33	237.936.846,69	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		164.525.511,08	189.687.488,05
Inscrição de Restos a Pagar Processados		238.416.899,11	238.902.278,21	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		224.092.726,86	177.754.792,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.738.826.028,42	7.754.908.694,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.834.458.462,14	7.897.135.880,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.319.761,20	9.833.194,04	Outros Pagamentos Extraorçamentários		797.999,96	8.775.381,49
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		5.645.848.656,17	4.894.076.508,83	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)		6.498.651.797,80	5.645.848.656,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	39	5.232.064.693,80	4.442.368.376,28	Caixa e Equivalentes de Caixa	39	6.186.353.438,33	5.232.064.693,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40	413.783.962,37	451.708.132,55	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40	312.298.359,47	413.783.962,37
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		38.904.673.211,62	37.624.312.509,25	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		38.904.673.211,62	37.624.312.509,25

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Acumulado até 14/2017

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	2.930.273.882,80	2.609.213.545,09	Obrigações Trab, Previd. e Assist. a CP	17	132.264.704,55	112.790.521,57
Créditos a Curto Prazo	9	672.174.481,64	919.808.713,08	Empréstimos e Financiamentos a CP	18	301.377.474,74	242.290.587,88
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	10	155.258.438,39	140.597.691,77	Fornecedores e Contas a Pagar a CP	19	159.035.875,60	151.617.433,51
Estoques	11	222.869.725,26	241.361.096,99	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	20	3.296.698,99	2.957.272,62
V.P.D. Pagas Antecipadamente	12	1.650.276,49	1.112.438,60	Obrigações de Repartição a Outros Entes	21	1.863.848,68	2.689.514,21
				Provisões a CP	22	3.341.143,58	0,00
				Demais Obrigações a CP	23	490.793.341,01	571.873.344,54
Total do Ativo Circulante		3.982.226.804,58	3.912.093.485,53	Total do Passivo Circulante		1.091.973.087,15	1.084.218.674,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		3.190.319.574,62	2.906.742.881,15	Obrigações Trab, Previd. e Assist. a LP	17	544.762.608,91	599.018.302,16
Créditos a longo prazo	9	3.176.529.204,77	2.895.263.474,10	Empréstimos e Financiamentos de LP	18	5.935.145.855,89	5.930.043.806,88
Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	13	13.790.369,85	11.479.407,05	Fornecedores e contas a pagar a LP		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	20	0,00	271.351,83
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00	Provisões a LP	22	3.460.776.698,75	2.451.719.829,10
Investimentos	14	7.352.217.781,16	6.504.962.853,11	Demais Obrigações de LP	23	0,00	33.908.514,26
Imobilizado	15	8.414.671.552,93	8.214.822.447,08	Resultado Diferido		0,00	0,00
Intangível	16	149.057.248,16	128.725.764,22				
Total do Ativo Não Circulante		19.106.266.156,87	17.755.253.945,56	Total do Passivo Não Circulante		9.940.685.163,55	9.014.961.804,23
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio Social/Capital Social		248.228.377,33	243.228.377,33
				Adiant. Para Futuro Aumento de Capital		354.337,02	354.337,02
				Reservas de Capital		0,00	0,00
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
				Reservas de Lucros		0,00	0,00
				Demais Reservas		0,00	0,00
				Resultados Acumulados	25	11.807.251.996,40	11.324.584.238,18
				Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
				Total do Patrimônio Líquido		12.055.834.710,75	11.568.166.952,53
TOTAL DO ATIVO		23.088.492.961,45	21.667.347.431,09	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.088.492.961,45	21.667.347.431,09
ATIVO (I)				PASSIVO (II)			
ATIVO FINANCEIRO		6.552.936.423,91	5.754.701.761,97	PASSIVO FINANCEIRO		1.010.260.303,73	982.464.162,44
ATIVO PERMANENTE		16.535.556.537,54	15.912.645.669,12	PASSIVO PERMANENTE		10.362.785.277,65	9.343.483.265,69
Total do Ativo		23.088.492.961,45	21.667.347.431,09	Total do Passivo		11.373.045.581,38	10.325.947.428,13
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)				SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)		11.715.447.380,07	11.341.400.002,96
COMPENSAÇÕES				COMPENSAÇÕES			
Atos Potenciais Ativos		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Atos Potenciais Passivos		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Garantias e Contragarantias Recebidas		160.149.671,25	162.584.597,13	Garantias e Contragarantias Concedidas		47.413.329,71	37.260.999,56
Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres		1.054.690.611,50	992.845.071,62	Obrigações Conveniadas e outros instrumentos congêneres		4.427.621.808,18	3.608.321.482,91
Direitos Contratuais		9.566.195,87	133.539.543,52	Obrigações Contratuais		11.380.830.494,78	5.517.969.674,42
Outros Atos Potenciais Ativos	27	1.191.902.437,18	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos		3.345.889.005,82	2.782.419.634,04
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		2.416.308.915,80	1.288.969.212,27	TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVO		19.201.754.638,49	11.945.971.790,93

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ

Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

FONTES DE RECURSOS	NOTA	Exercício Atual	Exercício Anterior
01 - Recursos Ordinários		753.643.783,61	525.622.323,06
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		36.272.695,41	14.744.911,61
04 - Ações e Serviços de Saúde		30.316.210,99	24.088.791,69
12 - Superávit Financeiro - dec. 2829-r de 17/08/11		4.755.802,14	4.329.912,31
13 - FUNDEB - 60%		5.972.673,58	4.789.165,64
14 - FUNDEB - 40%		22.381.684,49	26.191.271,83
15 - Alienação de Bens		1.648.886,95	3.577.730,84
16 - Depósitos Judiciais – LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016		4.933.705,79	767.123,27
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação		55.470.955,20	75.505.349,81
33 - Convênios - União		74.088.148,52	71.988.144,31
34 - Incentivo SUS - União		44.485.463,41	39.298.772,90
35 - SUS - Produção		57.027.412,78	50.162.167,38
39 - Doações		10.497.318,65	9.875.191,00
41 - Convênios com Órgãos não Federais		1.002.385,18	3.103.404,57
42 - Operações de Crédito Internas		420.725.251,86	564.800.912,13
43 - Operações de Crédito Externas		15.938.323,48	23.522.018,04
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE		488.698,86	439.771,05
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		19.747.537,40	12.373.152,91
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE		241.664,45	360.537,25
49 - Programa Brasil Alfabetizado		2.634.804,11	2.424.972,52
50 - Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO		1.816.054,27	1.426.252,15
51 - Programa de Apoio Sistema de Ensino para Atendimento ao EJA		297.997,47	278.843,05
52 - Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral		28.334.059,85	0,00
54 - CIDE		1.184.374,35	784.846,09
57 - Incentivo SUAS - União		6.086.558,27	4.142.310,78
59 - Transferências Financeiras a Fundos		233.101.987,59	203.063.970,81
61 - FUNCOP		125.272,29	125.272,29
63 - Recursos Lei Pelé		2.857.205,36	3.313.814,66
65 - PRONAT		24.725.484,38	25.096.907,88
70 - Recursos da Previdência		3.251.547.144,93	0,00
71 - Arrecadado pelo Órgão		352.495.064,63	2.984.751.843,09
72 - Convênios com Órgãos Federais		44.743.833,98	61.996.303,09
73 - Convênios com Órgãos não Federais		11.750,15	120.615,00
74 - Transferências de Instituições Privadas		32.534.838,62	29.153.365,89
75 - Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS		525.706,55	0,00
00 - Cauções e Valores Restituíveis		15.380,63	17.630,63
Total das Fontes de Recursos	26	5.542.676.120,18	4.772.237.599,53

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ

Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.835.947.097,25	10.294.013.645,78
Impostos	29	10.205.179.677,83	9.719.106.362,93
Taxas	29	630.767.419,42	574.907.282,85
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		362.017.163,54	368.868.351,54
Contribuições Sociais		362.017.163,54	368.868.351,54
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		71.253.706,16	68.277.144,98
Venda de Mercadorias		105.838,92	76.444,00
Venda de Produtos		7.025.842,49	6.924.658,03
Exploração de Bens e Direitos, e Prestação de Serviços		64.122.024,75	61.276.042,95
VPA - Financeiras		1.170.058.888,79	1.318.416.730,70
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		95.557.902,05	101.403.281,76
Variações Monetárias e Cambiais		171.074.601,02	334.028.945,62
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de D. Bancários e A. Financeiras		636.993.530,47	349.259.567,11
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras		266.432.855,25	533.724.936,21
Transferências e Delegações Recebidas	29	4.879.011.283,95	4.715.143.898,15
Transferências Intra Governamentais		10.049.045,57	0,00
Transferências Inter Governamentais		4.727.589.229,60	4.547.438.397,65
Transferências de Instituições Privadas		141.268.101,97	167.669.062,07
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		104.906,81	36.438,43
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		90.326.576,02	2.653.430.406,10
Reavaliação de Ativos		1.809.502,93	0,00
Ganhos com Alienação		518.781,49	275.619,24
Ganhos com incorporação de Ativos		54.944.418,94	2.599.772.816,67
Ganhos com Desincorporação de Passivos		33.053.872,66	53.130.148,75
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	251.821,44
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		642.975.137,49	909.405.172,69
Resultado Positivo de Participações		357.006.104,16	323.242.317,46
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		43.108.322,00	97.532.051,98
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		242.860.711,33	488.630.803,25
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		18.051.589.853,20	20.327.555.349,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos Sociais		4.410.598.433,77	4.293.234.318,19
Remuneração a Pessoal		4.118.860.217,28	4.073.611.861,01
Encargos Patronais		56.762.967,49	57.379.705,10
Benefícios a Pessoal		190.480.127,33	135.708.717,33
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		44.495.121,67	26.534.034,75
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.652.052.732,26	2.444.982.241,70
Aposentadoria e Reformas		2.168.936.805,37	1.976.727.748,95
Pensões		451.453.390,37	438.458.064,30
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		31.662.536,52	29.796.428,45
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo		2.086.989.012,89	2.093.195.588,40
Uso de Material de Consumo		580.927.303,27	556.714.387,27
Serviços		1.485.505.749,93	1.506.696.509,63
Depreciação, Amortização e Exaustão		20.555.959,69	29.784.691,50
VPD - Financeiras		652.777.008,58	696.072.016,68
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		276.692.392,26	303.170.628,81
Juros e Encargos de Mora		796.627,56	754.492,51
Variações Monetárias e Cambiais		356.939.093,01	381.721.275,10
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		18.348.895,75	10.425.620,26
Transferências e Delegações Concedidas		5.797.633.746,69	5.556.691.788,62
Transferências Intra Governamentais		6.630.798,40	9.145.821,61
Transferências Inter Governamentais		4.598.965.037,87	4.470.003.084,24
Transferências para Instituições Privadas		1.103.900.231,15	990.955.628,67
Transferências a Instituições Multigovernamentais		1.621.254,69	12.798,79
Execução Orçamentária Delegada a Entes		86.516.424,58	86.574.455,31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.919.981.455,81	2.443.328.560,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		1.748.953.039,87	2.330.126.341,71
Perdas com alienação		17.607.834,64	5.276.053,59
Perdas Involuntárias		17.780.357,41	13.816.934,55
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		135.640.223,89	94.109.230,30
Tributárias		143.001.203,13	143.240.645,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.943.464,66	2.073.290,97
Contribuições		141.057.738,47	141.167.354,04
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.252.843.749,49	559.789.211,26
Premiações		7.578.304,96	4.126.341,71
Resultado Negativo de Participações		66.180.383,42	12.911,51
Incentivos		70.307.081,13	61.722.414,65
Constituição das Provisões		948.759.995,25	336.017.469,89
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		160.017.984,73	157.910.073,50
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		18.915.877.342,62	18.230.534.370,01
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	30	-864.287.489,42	2.097.020.979,93

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES			
INGRESSOS		31.853.284.791,86	30.933.979.643,94
Receitas Derivadas e Originárias		10.770.420.838,11	10.395.009.960,09
Transferências correntes recebidas		13.963.442.736,19	13.731.892.319,95
Outros ingressos operacionais		7.119.421.217,56	6.807.077.363,90
DESEMBOLSOS		29.961.387.081,20	29.295.603.771,68
Pessoal e Demais Despesas		12.769.514.555,73	12.378.103.662,86
Juros e Encargos da Dívida		288.837.356,36	314.595.539,46
Transferências concedidas		9.789.808.711,90	9.689.825.033,56
Outros Desembolsos Operacionais		7.113.226.457,21	6.913.079.535,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		1.891.897.710,66	1.638.375.872,26
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS		41.635.482,39	49.724.892,50
Alienação de Bens		6.173.495,69	2.294.154,12
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		35.461.986,70	39.110.603,13
Outros Ingressos de Investimentos		0,00	8.320.135,25
DESEMBOLSOS		898.389.307,38	950.523.785,47
Aquisição de Ativo Não Circulante		498.814.845,61	519.400.804,11
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		361.308.639,02	388.083.854,56
Outros Desembolsos de Investimentos		38.265.822,75	43.039.126,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-856.753.824,99	-900.798.892,97
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		152.989.044,49	316.421.680,49
Operações de Crédito		88.870.091,22	299.083.624,42
Transferências de capital recebidas		63.520.506,49	17.264.325,72
Outros Ingressos de Financiamento		598.446,78	73.730,35
DESEMBOLSOS		233.844.185,63	264.302.342,26
Amortização/Refinanciamento da Dívida		233.425.908,92	263.894.849,36
Outros Desembolsos de Financiamento		418.276,71	407.492,90
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-80.855.141,14	52.119.338,23
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		954.288.744,53	789.696.317,52
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		954.288.744,53	789.696.317,52
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	31	5.232.064.693,80	4.442.368.376,28
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	31	6.186.353.438,33	5.232.064.693,80

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 1 – QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	6.924.343.846,66	6.566.454.805,90
Receita de Contribuições	2.702.917.186,05	2.517.095.650,83
Receita Patrimonial	58.773.353,90	56.891.860,17
Receita Agropecuária	1.652,85	3.941,55
Receita Industrial	14.657.313,32	14.618.651,18
Receita de Serviços	60.312.484,48	56.256.637,39
Remuneração das Disponibilidades	660.639.417,42	743.089.017,94
Outras Receitas Derivadas e Originárias	348.775.583,43	440.599.395,13
Total das Receitas Derivadas e Originárias	10.770.420.838,11	10.395.009.960,09

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ

Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 2 – QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	3.284.165.695,95	3.151.560.901,64
da União	3.277.803.366,17	3.142.654.224,40
de Municípios	6.362.329,78	8.906.677,24
Intragovernamentais	9.789.808.711,90	9.689.825.033,56
Outras Transferências Recebidas	889.468.328,34	890.506.384,75
Demais Transferências	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	13.963.442.736,19	13.731.892.319,95
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	9.789.808.711,90	9.689.825.033,56
Total das Transferências Concedidas	9.789.808.711,90	9.689.825.033,56

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ

Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 3 – QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
01 - LEGISLATIVA	299.590.618,72	294.723.652,57
02 - JUDICIÁRIA	976.342.752,33	975.189.028,81
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	459.478.665,61	463.672.170,82
04 - ADMINISTRAÇÃO	643.271.265,58	651.117.918,14
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	2.047.735.460,03	1.968.873.836,74
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	85.318.125,69	62.925.001,93
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.646.706.502,03	2.399.377.993,80
10 - SAÚDE	2.456.037.360,18	2.292.690.500,09
11 - TRABALHO	640.190,81	1.123.235,51
12 - EDUCAÇÃO	1.906.271.208,28	1.835.911.319,28
13 - CULTURA	29.353.518,70	24.572.663,42
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	496.732.194,78	467.064.368,62
15 - URBANISMO	9.559.767,93	6.726.851,53
16 - HABITAÇÃO	1.265.430,80	2.434.815,86
17 - SANEAMENTO	94.487,87	550.473,26
18 - GESTÃO AMBIENTAL	49.670.991,77	74.682.040,12
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	62.340.333,09	64.187.241,06
20 - AGRICULTURA	169.695.403,25	160.381.006,90
22 - INDÚSTRIA	8.314.196,74	8.561.823,49
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	29.826.621,09	30.109.651,78
24 - COMUNICAÇÕES	11.696.783,96	16.142.118,12
25 - ENERGIA	0,00	1.328.384,78
26 - TRANSPORTE	219.727.327,97	219.901.137,45
27 - DESPORTO E LAZER	16.592.028,69	15.641.325,36
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	143.253.319,83	340.215.103,42
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	12.769.514.555,73	12.378.103.662,86

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANEXO 4 – QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	264.891.708,63	291.358.341,17
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	20.484.939,47	17.976.479,74
Outros Encargos da Dívida	3.460.708,26	5.260.718,55
Total dos Juros e Encargos da Dívida	288.837.356,36	314.595.539,46

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Acumulado até 14/2017

Anexo XIX, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	243.228.377,33	354.337,02	0,00	0,00	0,00	0,00	11.324.584.238,18	0,00	11.568.166.952,53
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.346.955.247,64	0,00	1.346.955.247,64
Aumento de Capital	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-864.287.489,42	0,00	-864.287.489,42
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Finais	248.228.377,33	354.337,02	0,00	0,00	0,00	0,00	11.807.251.996,40	0,00	12.055.834.710,75

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
 Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

CREADOR	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2017	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
CT0403338 - CEF - MANEJO ÁGUAS I	638.625,25	42.502,74	3.862,61	0,00	7.486,42	677.504,18
CT0403339 - CEF - MANEJO ÁGUAS II	570.720,56	0,00	3.405,05	0,00	6.274,75	567.850,86
CT0403340 - CEF - MANEJO ÁGUAS III	976.400,95	0,00	5.825,42	0,00	10.734,96	971.491,41
CT0000001 - UNIÃO - PNAFE - BID	1.921.573,53	0,00	-115.149,37	0,00	1.806.424,16	0,00
CT2596671 - CEF - PRÓ-MORADIA I	1.333.985,11	100.837,90	7.843,65	50.145,66	91.110,39	1.301.410,61
CT2596672 - CEF - PRÓ-MORADIA II	1.112.365,49	0,00	6.514,39	0,00	67.521,38	1.051.358,50
CT2596673 - CEF - PRÓ-MORADIA III	2.376.807,80	0,00	13.921,95	0,00	142.859,52	2.247.870,23
CT2596674 - CEF - PRÓ-MORADIA IV	3.288.732,77	100.099,25	19.442,80	0,00	199.338,80	3.208.936,02
CT2596675 - CEF - PRÓ-MORADIA V	582.749,31	0,00	3.228,49	0,00	37.386,05	548.591,75
CT2596676 - CEF - PRÓ-MORADIA VI	2.097.398,36	0,00	12.268,60	0,00	135.206,56	1.974.460,40
CT2596677 - CEF - PRÓ-MORADIA VII	1.870.345,72	0,00	10.938,22	0,00	121.806,64	1.759.477,30
CT0394996 - CEF - FINISA	374.087.588,23	0,00	3.921.035,09	0,00	23.639.776,75	354.368.846,57
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	390.857.293,08	243.439,89	3.893.136,90	50.145,66	26.265.926,38	368.677.797,83
CT0821039 - BNDES - SAÚDE	66.157.317,42	0,00	598.056,85	0,00	23.485.640,52	43.269.733,75
CT1020079 - BNDES - PEF II	40.084.898,09	0,00	375.755,58	0,00	11.519.534,58	28.941.119,09
CT0921536 - BNDES - TRANSCOL IV	83.347.679,48	0,00	781.300,58	0,00	23.952.324,20	60.176.655,86
CT0820268 - BNDES - PMAE	384.244,13	0,00	0,00	1.237,18	383.006,95	0,00
CT1221155 - BNDES - PRODES	2.339.150.396,83	0,00	25.248.336,87	0,00	0,00	2.364.398.733,70
CT1212601 - BNDES - BRT	59.501.749,23	0,00	623.070,81	0,00	3.882.052,84	56.242.767,20
BANCO NAC. DE DES. ECON. SOCIAL S.A	2.588.626.285,18	0,00	27.626.520,69	1.237,18	63.222.559,09	2.553.029.009,60
INSS	1.487.414,68	0,00	0,00	0,00	196.158,12	1.291.256,56
UG 280203 - PRODEST	294.237,18	0,00	0,00	0,00	196.158,12	98.079,06
UG 310203 - CEASA	1.193.177,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.193.177,50
PASEP	75.294.196,58	0,00	4.928.591,32	0,00	5.078.827,81	75.143.960,09
UG 600201 - IPAJM	75.294.196,58	0,00	4.928.591,32	0,00	5.078.827,81	75.143.960,09
PARCELAMENTOS A PAGAR	76.781.611,26	0,00	4.928.591,32	0,00	5.274.985,93	76.435.216,65
(A) TOTAL NÃO INCLUIDO NO REFINANCIAMENTO :	3.056.265.189,52	243.439,89	36.448.248,91	51.382,84	94.763.471,40	2.998.142.024,08
CT0000698 - UNIÃO - B. BRASIL	1.284.701.938,23	0,00	91.657.630,79	0,00	0,00	1.376.359.569,02
CT0007546 - UNIÃO - BB - COHAB	882.358.228,23	0,00	43.895.224,20	0,00	0,00	926.253.452,43
UNIÃO	2.167.060.166,46	0,00	135.552.854,99	0,00	0,00	2.302.613.021,45
CT0005527 - BANESES	104.384.375,93	0,00	-406.057,68	0,00	52.771.737,98	51.206.580,27
FUNDAÇÃO BANESTES E SEG. SOCIAL	104.384.375,93	0,00	-406.057,68	0,00	52.771.737,98	51.206.580,27
PASEP	347.354.773,07	0,00	-0,04	0,00	22.589.319,72	324.765.453,31
UG 800102 - Encargos Gerais	347.354.773,07	0,00	-0,04	0,00	22.589.319,72	324.765.453,31
PARCELAMENTOS A PAGAR	347.354.773,07	0,00	-0,04	0,00	22.589.319,72	324.765.453,31
(B) TOTAL DE REFINANCIAMENTO:	2.618.799.315,46	0,00	135.146.797,27	0,00	75.361.057,70	2.678.585.055,03
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	290.159.749,37	16.391.965,58	4.116.724,31	58.994.723,82	55.800.240,55	195.873.474,89
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	12.096.791,20	0,00	169.573,82	6.247.830,68	1.060.204,17	4.958.330,17
030101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	63.960.225,01	9.105.107,32	1.760.766,49	16.380.645,05	12.548.128,40	45.897.327,37
050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	174.421.512,86	0,00	0,00	0,00	35.603.913,60	138.817.599,26
220901 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO	0,00	406.450,00	0,00	0,00	406.450,00	0,00
280203 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	0,00	270,00	0,00	0,00	270,00	0,00
300205 - AG. DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMP. E DO EMPREENDEDORISMO	271.351,83	0,00	0,00	271.351,83	0,00	0,00
300207 - AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	2.014,28	0,00	0,00	0,00	2.014,28	0,00
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	0,00	3.507,79	0,00	0,00	3.507,79	0,00
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	0,00	81.502,64	0,00	0,00	81.502,64	0,00
440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	0,00	979.523,52	0,00	0,00	979.523,52	0,00
440913 - CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	0,00	9.803,00	0,00	0,00	9.803,00	0,00
440915 - HOSPITAL SÃO LUCAS	0,00	769,51	0,00	0,00	769,51	0,00
440918 - CENTRO DE ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO ARISTIDES ALEXANDRE CAMPOS	0,00	66,90	0,00	0,00	66,90	0,00
440921 - UNIDADE INTEGRADA JERÔNIMO MONTEIRO	0,00	93.636,00	0,00	0,00	93.636,00	0,00
440928 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE COLATINA	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
450102 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1.051.807,20	0,00	0,00	0,00	1.051.807,20	0,00
450103 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	0,00	8.136,00	0,00	0,00	8.136,00	0,00
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	33.917.813,51	1.109.725,38	2.186.382,00	36.094.896,25	1.119.024,63	0,00
460101 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	204.248,03	2.597.769,64	0,00	0,00	2.802.017,67	0,00
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	0,00	17.465,24	0,00	0,00	17.465,24	0,00
600210 - FUNDO FINANCEIRO	4.233.985,45	1.966.232,64	0,00	0,00	0,00	6.200.218,09
PRECATÓRIOS A PAGAR	2.677.613,37	198.953.495,58	7.627.313,51	1.900.695,17	152.898.876,70	54.458.850,59
UG 800102 - SENTENÇAS JUDICIAIS	2.677.613,37	181.157.904,88	7.627.313,51	1.900.695,17	151.901.115,32	37.661.021,27
UG 310201 - IDAF	0,00	997.761,38	0,00	0,00	997.761,38	0,00
UG 350201 - DER	0,00	16.797.829,32	0,00	0,00	0,00	16.797.829,32
(C) OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	292.837.362,74	215.345.461,16	11.744.037,82	60.895.418,99	208.699.117,25	250.332.325,48
TOTAL GERAL DA DÍVIDA INTERNA (A + B + C)	5.967.901.867,72	215.588.901,05	183.339.084,00	60.946.801,83	378.823.646,35	5.927.059.404,59

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

29

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
 Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

CREDOR	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2017	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
BANCO INT. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENV. - (BIRD)					
CT0007248 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS I	43.939.186,69	0,00	398.061,01	9.670.730,34	34.666.517,36
CT0007655 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS II	189.915.904,75	0,00	2.422.673,77	8.324.462,52	184.014.116,00
CT0008353 - BIRD - GESTÃO INTEG. DE ÁGUAS E PAISAGENS	18.091.345,58	7.744.201,23	517.008,74	402.271,89	25.950.283,66
SUBTOTAL	251.946.437,02	7.744.201,23	3.337.743,52	18.397.464,75	244.630.917,02
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - (BID)					
CT0000865 - BID - PRES I	1.337.820,22	0,00	-21.920,04	1.315.900,18	0,00
CT0001002 - BID - PRES II	151.711.105,00	0,00	1.722.595,00	15.655.500,00	137.778.200,00
CT0002245 - BID - PROFAZ	34.550.319,95	18.448.550,10	1.250.121,07	2.871.159,37	51.377.831,75
CT0002483 - BID - PRES III	481.860.591,92	62.433.900,00	9.525.232,48	26.609.751,69	527.209.972,71
SUBTOTAL	669.459.837,09	80.882.450,10	12.476.028,51	46.452.311,24	716.366.004,46
TOTAL:	921.406.274,11	88.626.651,33	15.813.772,03	64.849.775,99	960.996.921,48

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
 Acumulado até Dezembro/2017

Anexo XVII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	522.538.238,88	590.789.111,43	466.498.818,12	646.828.532,19
EXERCÍCIOS ANTERIORES	522.538.238,88	0,00	466.498.818,12	56.039.420,76
PROCESSADOS	270.522.726,60	0,00	236.508.038,13	34.014.688,47
NÃO PROCESSADOS	252.015.512,28	0,00	229.990.779,99	22.024.732,29
EXERCÍCIO ATUAL	0,00	590.789.111,43	0,00	590.789.111,43
PROCESSADOS	0,00	238.416.899,12	0,00	238.416.899,12
NÃO PROCESSADOS	0,00	352.372.212,31	0,00	352.372.212,31
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	460.651.859,30	7.758.400.127,75	7.835.971.592,76	383.080.394,29
CONSIGNAÇÕES	11.469.010,35	2.251.666.077,14	2.245.568.972,01	17.566.115,48
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	37.085.005,00	4.453.020.528,03	4.454.864.354,56	35.241.178,47
RECURSOS VINCULADOS	20.517.409,03	37.948.582,80	36.810.757,67	21.655.234,16
VALORES A REPASSAR - DETRAN	50.919.653,23	110.013.933,56	102.871.091,14	58.062.495,65
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	328.993.299,14	432.485.854,78	542.458.808,86	219.020.345,06
PENAS PECUNIÁRIAS	11.245.043,26	11.070.960,03	10.980.809,12	11.335.194,17
RECEITAS PENDENTES	371.211,86	338.897.998,27	337.974.972,43	1.294.237,70
RESTITUIÇÕES DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	51.227,43	104.541.586,50	104.441.826,97	150.986,96
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	18.754.606,64	0,00	18.754.606,64
TOTAL	983.190.098,18	8.349.189.239,18	8.302.470.410,88	1.029.908.926,48

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOTAS EXPLICATIVAS**BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****1. Contexto Operacional**

O Governo do Estado do Espírito Santo é uma pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 27.080.530/0001-43, tendo a sua sede administrativa situada em Vitória/ES, na Praça João Clímaco, 142 - Cidade Alta, Centro.

As ações desenvolvidas pelo Estado estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.

Conforme o disposto no art. 36 do Decreto Estadual Nº 4166-R/2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, as Demonstrações Contábeis consolidadas têm por base exclusivamente os atos e fatos registrados no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES) pelos órgãos, entidades e fundos da Administração Pública Estadual.

As Demonstrações Contábeis elaboradas e divulgadas pelo Estado do Espírito Santo são compostas pelas Demonstrações elencadas na Lei nº 4.320/64, com as modificações da Portaria STN nº 438/2012, que modificou a estrutura desses documentos em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pela NBCT 16.6, que são:

- a) Balanço Orçamentário (BO);
- b) Balanço Financeiro (BF);
- c) Balanço Patrimonial (BP);
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- g) Notas Explicativas (NE).

As referidas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do referido ano.

2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado do Espírito Santo

São controladas diretamente pelo Governo do Estado do Espírito Santo aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas são classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2017, são:

a) Empresas Estatais Dependentes

I - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo - CEASA

b) Empresas Estatais Não Dependentes

I - Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN

II - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - BANDES

III - Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES

IV - Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória - CETURB

V - Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo - COHAB (Em Liquidação)

3. Relação dos Órgãos e Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Estadual nº 10.614, de 29 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA)

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

31

Código	Mnemonico	Nome	CNPJ	Cód. Órgão	Órgão
010101	ALEES	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	36046217000180	01	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
020101	TRIBUNAL DE CONTAS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28483014000122	02	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
030101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27476100000145	03	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
030901	FUNEPJ	FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	20868995000114	03	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050101	MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	02304470000174	05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050901	FERIDL	FUNDO ESTADUAL DE REPARAÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS LESADOS		05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050902	FUNEMP	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	18542218000133	05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
060101	DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	00671513000124	06	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
060901	FADEPES	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	19690110000150	06	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
100101	CASA CIVIL	SECRETARIA DA CASA CIVIL	27080530000739	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100102	CASA MILITAR	SECRETARIA DA CASA MILITAR	27080530000305	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100103	SECONT	SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	31777550000145	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100104	SECOM	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	36387900000180	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100109	SEG	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	27080530001204	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100201	RTV	RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	36049641000188	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100904	FECC	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO	27173272000140	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
160101	PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	27080530000909	16	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
160901	FUNCAD	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E INCENTIVO A COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E DE REESTRUT. ADM. DA PGE	19797818000105	16	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
190101	VICE	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	31795560000103	19	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
190901	FESAD	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS	20604213000130	19	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
220101	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	27080571000130	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
220202	JUCEES	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28152080000110	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
220901	FUNSEFAZ	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO	20222812000199	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
270101	SEP	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	27080548000145	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270201	IJSN	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	27316918000109	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270901	FUMDEVIT	FUNDO METROPOLITANO DESENVOLVIMENTO DA GRANDE VITÓRIA	20354589000133	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270902	FEADM	FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	19117922000101	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
280101	SEGER	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	07162270000148	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280201	EESP	ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	35964162000124	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280202	DIO	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	28161362000183	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280203	PRODEST	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	28162790000120	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
300101	SEDES	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	04215397000190	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300203	IPEM-ES	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	06028316000178	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300205	ADERES	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	01683866000107	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300207	ARSP	AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	26064356000182	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300902	FUNDESUL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28225834000114	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
310101	SEAG	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	27080555000147	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310201	IDAF	INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	02254666000100	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310202	INCAPER	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	27273416000130	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310203	CEASA-ES	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	27064062000113	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310901	FEAC	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA CAMINHO DO CAMPO	22938126000144	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310902	FUNSAF	FUNDO SOCIAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	22938113000175	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310903	FEAP	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	24798477000122	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
320101	SECTI	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	06656711000103	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320202	FAPES	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	07296722000184	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320901	FUNCITEC	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	02504742000180	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320902	FDI	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS INOVADORAS	18597836000180	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
350101	SETOP	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	27142033000122	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350201	DER-ES	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	04889717000197	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350208	IOPES	INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	08696369000192	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350901	FEP	FUNDO ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS	23330213000187	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350902	FUNDER	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA INTERIOR CAPIXABA	26616944000181	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
360101	SEDURB	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	08673715000117	36	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
360901	FEHAB	FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	20354720000162	36	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
370101	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	08750791000189	37	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
370901	FUNTUR	FUNDO DE FOMENTO DO TURISMO	21902751000173	37	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
390101	SESPORT	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	07412119000110	39	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER
390901	PRÓ-ESPORTE	FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DO ESPÍRITO SANTO	20639872000101	39	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER
400101	SECULT	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	01062213000100	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
400102	APEES	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	31729742000186	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
400901	FUNCULTURA	FUNDO DE CULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	20310626000101	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Código	Mnemônico	Nome	CNPJ	Cód. Órgão	Órgão
410101	SEAMA	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	31752645000104	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410201	IEAMA	INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	05200358000181	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410202	AGERH	AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	19481436000178	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410901	FUNDEMA	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	20846927000154	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410902	FUNDÁGUA	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E FLORESTAIS DO ESPÍRITO SANTO	20355058000165	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
420101	SEDU	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	27080563000193	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420120	FUNDEB	FUNDO MANUT. E DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB		42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420201	FAMES	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	30965214000163	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
440101	SESA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	27080605000196	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440901	FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	06893466000140	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440910	HINSG	HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	27080605002059	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440911	HDS	HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA	27080605001591	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440912	HAB	HOSPITAL ADAUTO BOTELHO	27080605001400	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440913	CREFES	CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27080605001087	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440914	HABF	HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS	27080605000943	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440915	HSL	HOSPITAL SÃO LUCAS	27080605000277	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440916	HMSA	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS	27080605001672	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440917	HRAS	HOSPITAL DOUTOR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES	27080605000358	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440918	CAPAAC	CENTRO DE ATENDIMENTO PSQUIÁTRICO ARISTIDES ALEXANDRE CAMPOS	27080605000862	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440919	CPF	COLONIA PEDRO FONTES	27080605001320	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440920	HDRC	HOSPITAL DOUTORA RITA DE CASSIA	27080605001915	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440921	UIJM	UNIDADE INTEGRADA JERÔNIMO MONTEIRO	27080605000781	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440922	HSC	HOSPITAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO	27080605000609	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440923	HJSN	HOSPITAL JOÃO DOS SANTOS NEVES	27080605001834	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440924	HIMABA	HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNADINO ALVES	27080605001168	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440926	SRSCI	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CACHOEIRO ITAPEMIRIM	27080605000510	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440927	SRSSM	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS	27080605000439	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440928	SRSC	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE COLATINA	27080605001753	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440929	SRSV	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE VITÓRIA	27080605001249	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
450101	SESP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	27142025000186	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450102	PCES	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27470897000173	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450103	PMES	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27476373000190	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450104	CBMES	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	02133636000137	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450105	DSPM	DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	04371703000187	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450106	CEPDEC	COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	20113851000158	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450202	DETRAN-ES	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	28162105000166	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450901	FUNREPOCI	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	01449136000146	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450902	FUNREPOM	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	01809448000113	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450903	FSPMES	FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR ESPÍRITO SANTO	39352786000141	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450904	FUNREBOM	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	02489503000106	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450905	FUNPDEC-ES	FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO ESTADO	21997053000107	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
460101	SEJUS	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	36388023000162	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460202	PROCON-ES	INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	08109446000160	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460901	FTP	FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO	31677776000174	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460903	FUNPEN	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	20516616000127	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460904	FEDC	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	02397642000100	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460905	FESAD	FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS		46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
470101	SETADES	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	03252312000180	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470901	FEAS	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	01076895000100	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470903	FIA	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	19077054000183	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470904	FUNCOP	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	15833032000145	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
480101	SEDH	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS	25217366000148	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480201	IASES	INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	30967111000132	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480901	FIA	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	19077054000183	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480902	FEPI	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	23996245000116	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
600201	IPAJM	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	29986312000106	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
600210	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO FINANCEIRO	20309963000189	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
600211	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	20756106000127	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
700101	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. ESTADUAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS ESTADUAIS	27476100000145	70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700102	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. MUNICIPAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS MUNICIPAIS	27476100000145	70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700103	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PENAS PECUNIÁRIAS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PENAS PECUNIÁRIAS		70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700104	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. FEDERAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS FEDERAIS		70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
800101	ENCARGOS GERAIS - SEGER	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER		80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
800102	ENCARGOS GERAIS - SEFAZ	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	27080530000143	80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
800104	ENCARGOS GERAIS - SEP	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEP		80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
900001	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA		90	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
900003	GEFIN - SEFAZ	GERÊNCIA GERAL DE FINANÇAS - SEFAZ		90	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
990101	RESERVA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

A Lei Complementar nº 10.677, de 22 de junho de 2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado do Espírito Santo - FUNDESUL, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável da Macrorregião Sul, composta pelas Microrregiões do Caparaó, Central Sul e Litoral Sul do Estado do Espírito Santo.

5. Base de Preparação

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidadas excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado do Espírito Santo, denominadas "INTRA OFSS", bem como as participações nas empresas estatais dependentes. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações "INTRA OFSS".

Foram excluídos os seguintes valores de operações "INTRA OFSS" no processo de consolidação:

CLASSE DE CONTAS	VALORES COM AS OPERAÇÕES INTRA (I)	AJUSTE DE CONSOLIDAÇÃO (II)	VALORES CONSOLIDADOS SEM AS OPERAÇÕES INTRA (III = I - II)
ATIVO	23.115.421.811,20	26.928.849,75	23.088.492.961,45
PASSIVO	11.052.306.873,45	19.648.622,75	11.032.658.250,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.926.808.545,94	6.686.345,75	12.920.122.200,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31.539.304.233,6	12.623.426.890,99	18.915.877.342,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	30.675.610.625,44	12.624.020.772,24	18.051.589.853,20

Fonte: SIGEFES

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas notas explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

6. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

7. Resumo das Principais Políticas Contábeis

- a) Disponibilidades:** são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado;
- b) Créditos e Obrigações:** os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As provisões devem corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar (ou extinguir) a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado;
- c) Estoques:** são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição / produção / construção ou valor realizável líquido, entre esses o menor;
- d) Método da Equivalência Patrimonial (MEP):** as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado;
- e) Método do Custo:** as demais participações devem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Pelo método do custo, o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que receber as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado;
- f) Imobilizado:** o ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação;
- g) Intangível:** os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*);
- h) Depósitos Judiciais:** optou-se por registrar como "outras receitas correntes" os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015, e da Lei Estadual nº 10.549/2016;
- i) Restos a Pagar:** os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o status de restos a pagar não processados;
- j) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários:** o Estado adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago (6.2.2.1.3.04) no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada

paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP - 7ª edição) faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções;

k) Registro da Receita Orçamentária: a política contábil do Estado do Espírito Santo é o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o "Tesouro do Estado" (Unidade Gestora 800102 - ENCARGOS GERAIS - SEFAZ). Também têm registro de receita orçamentária os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes;

l) Distinção entre Circulante e Não Circulante: a política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até doze meses após a data das demonstrações contábeis, sendo que os demais direitos e as demais obrigações são classificados como não circulantes. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante;

m) Apuração do Resultado: os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com a ocorrência de seu fato gerador;

n) Precatórios: após o Decreto Estadual nº 4049-R, de 26 de dezembro de 2016, o Estado do Espírito Santo passou a observar o regime comum de pagamento preconizado pelo artigo 100 da CRFB/88, devendo proceder ao pagamento dos precatórios apresentados até o dia 1º do julho até o fim do exercício subsequente (art. 1º e parágrafo único).

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda nacional. Em 31.12.2016, o Estado possuía em caixa e equivalentes de caixa um total de R\$ 2.609.213.545,09, passando para R\$ 2.930.273.882,80 em 31.12.2017, conforme quadro a seguir:

R\$		
TÍTULOS	31/12/2017	31/12/2016
CAIXA	15.043,49	15.246,89
BANCOS CONTA MOVIMENTO	28.145.044,23	82.526.908,12
CONTA ÚNICA DO TESOIRO	4.611.854,76	25.567.666,94
CONTA ÚNICA DO RPPS	16.294,51	32.656,73
BANCO DO ESTADO DO ES	20.900.679,69	54.473.129,62
BANCO DO BR S/A	857.446,14	1.102.843,84
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.758.769,13	1.350.610,99
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.892.889.588,47	2.526.671.390,08
POUPANÇA	105.533.393,98	83.816.270,85
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.021.291.022,56	831.044.428,08
CDB	1.680.939.324,91	1.515.153.470,83
OUTRAS APLICAÇÕES	85.125.847,02	96.657.220,32
REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO	9.224.206,61	-
TOTAL	2.930.273.882,80	2.609.213.545,09

Fonte: SIGEFES

8.1. Conta Única - Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros, buscando-se maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

8.2. Conta Única - RPPS

A Conta Única do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS observa a mesma sistemática da Conta Única do Tesouro, compreendendo o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

8.3. Outras Contas

As disponibilidades existentes em outras contas bancárias não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação dos recursos correspondentes, conforme normativos e condições específicas de contratos e convênios.

8.4. Rede Bancária - Arrecadação

Os valores registados na conta contábil 111113001 - REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO referem-se aos montantes arrecadados pelo Estado e não recolhidos pelos agentes arrecadadores. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

8.5. Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder:

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

R\$

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2017			
	POUPANÇA	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	CDB	OUTRAS APLICAÇÕES
EXECUTIVO	105.316.463,53	753.147.246,08	1.643.722.132,70	7.636.501,22
LEGISLATIVO	-	-	29.681.705,69	-
JUDICIÁRIO	-	268.143.776,48	-	-
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	-	-	66.085.216,02
MINISTÉRIO PÚBLICO	216.930,45	-	-	11.404.129,79
DEFENSORIA PÚBLICA	-	-	7.535.486,52	-
TOTAL	105.533.393,98	1.021.291.022,56	1.680.939.324,91	85.125.847,02

Fonte: SIGEFES

9. Créditos a Curto Prazo e Longo Prazo

9.1. Créditos Tributários a Receber

Os "Créditos Tributários a Receber" estão distribuídos conforme o quadro abaixo:

R\$

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	136,13	0,00	136,13	136,13	0,00	136,13
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PARCELADOS	131.872.854,23	660.938.711,56	792.811.565,79	97.148.095,52	256.609.531,67	353.757.627,19
TOTAL	131.872.990,36	660.938.711,56	792.811.701,92	97.148.231,65	256.609.531,67	353.757.763,32

Fonte: SIGEFES

Créditos Tributários Parcelados

Essa conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores de créditos tributários a receber são contabilizados na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais - SEFAZ).

9.2. Clientes

Essa conta apresenta basicamente os valores a receber por vendas e por prestação de serviços. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Clientes:

R\$

CLIENTES	31/12/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
UNIDADES GESTORAS				
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL		635,27		304.144,81
300101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO		24.070.678,95		18.443.941,89
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL		1.604.215,65		0,00
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		7.955.737,25		0,00
600210 - FUNDO FINANCEIRO		1.231.679,88		886.699,26
DEMAIS UNIDADES GESTORAS		838,78		153.229,05
TOTAL		34.863.785,78		19.788.015,01

Fonte: SIGEFES

9.3. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Essa conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

R\$

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
UNIDADES GESTORAS						
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E REC. HUMANOS	60.698,37	0,00	60.698,37	60.698,37	0,00	60.698,37
300902 - FUNDO DE DESENV. ECON. DO SUL DO ESTADO DO ES	0,00	1.861.538,31	1.861.538,31	0,00	0,00	0,00
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	0,00	1.057.847.101,62	1.057.847.101,62	0,00	794.150.910,17	794.150.910,17
TOTAL	60.698,37	1.059.708.639,93	1.059.769.338,30	60.698,37	794.150.910,17	794.211.608,54

Fonte: SIGEFES

9.4. Dívida Ativa Tributária

Os valores constantes da dívida ativa tributária, regulamentada a partir da legislação pertinente, abrangem os créditos tributários a favor da Fazenda Pública cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas. É, portanto, uma fonte potencial de fluxos de caixa, com impacto positivo pela recuperação de valores, espelhando créditos a receber, sendo contabilmente reconhecida no ativo. Segue abaixo o quadro da dívida ativa tributária, cuja contabilização tem por base dados gerados pelo Sistema de Informações Tributárias - SIT:

R\$

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	31/12/2017		31/12/2016	
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		16.313.929.401,73		15.273.543.282,17
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		-14.884.265.214,74		-13.471.208.761,92
TOTAL		1.429.664.186,99		1.802.334.520,25

Fonte: SIGEFES

Cabe consignar que no ano de 2017 foi provisionado o valor de R\$ 1.413.056.452,82 em ajuste de perdas de dívida ativa tributária, que agora monta o valor total de R\$ 14.884.265.214,74 na posição 31/12/2017, ao passo que há R\$ 16.313.929.401,73 na conta contábil de créditos inscritos (121110401), culminando em uma proporção de 8,7635% de valor "exequível".

Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A partir da 6ª edição do MCASP aprovada pela Portaria STN nº 700/2014, a STN não mais especificou uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a apresentada a seguir:

- Média percentual de recebimentos passados; e
 Saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios. Essa média ponderada de recebimentos é calculada em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais. A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais dividida pelo número de meses correspondentes ao exercício.

9.5. Dívida Ativa Não Tributária

Essa conta registra os valores provenientes de fatos geradores não tributários, ocorridos em determinadas entidades públicas, em função de suas atividades fins. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Dívida Ativa Não Tributária:

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	RS	
	31/12/2017	31/12/2016
UNIDADES GESTORAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	77.476,61	77.476,61
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	60.461,61	178.972,36
600210 - FUNDO FINANCEIRO	0,00	15.379,60
TOTAL	137.938,22	271.828,57

Fonte: SIGEFES

9.6. Demais Créditos e Valores

Os "Demais Créditos e Valores" estão distribuídos conforme o quadro abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	RS			RS		
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2016		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	41.606.942,29	0,00	41.606.942,29	161.426.412,7	0,00	161.426.412,7
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	39.563.210,00	0,00	39.563.210,00	92.000.918,72	0,00	92.000.918,72
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	57.847.641,22	0,00	57.847.641,22	55.182.527,45	0,00	55.182.527,45
DEPÓSITOS RESSTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	312.964.616,70	0,00	312.964.616,70	413.845.710,48	0,00	413.845.710,48
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER	392.518,36	0,00	392.518,36	0,00	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES	53.002.078,56	26.079.728,07	79.081.806,63	80.356.198,69	41.896.683,44	122.252.882,13
TOTAL	505.377.007,13	26.079.728,07	531.456.735,20	802.811.768,05	41.896.683,44	844.708.451,49

Fonte: SIGEFES

Adiantamentos Concedidos

Registra as antecipações concedidas a pessoal (tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias e outros), bem como os suprimentos de fundos concedidos pelo ente a servidores, para fins de oferecer condições à realização de despesas de pequeno vulto que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal de execução, após serem realizadas, pois devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação.

Tributos a Recuperar/Compensar

Do montante contabilizado em "Tributos a Recuperar/Compensar", destaque-se o valor de R\$ 36.911.449,35 registrado na conta contábil 11230605 - DIREITO DE COMPENSAÇÃO DE ENCARGOS DE INSS, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais - SEFAZ), o qual se refere aos créditos previdenciários constituídos em favor do Estado do Espírito Santo decorrentes de recolhimentos realizados a maior em exercícios anteriores, conforme Processo Nº 75043459.

Créditos por Danos ao Patrimônio

Registra os valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas, processos judiciais e outros.

Segue abaixo a demonstração dos "Créditos por Danos ao Patrimônio" com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

	RS	
	31/12/2017	31/12/2016
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PAGAMENTOS INDEVIDOS	2.434.001,45	2.434.001,45
RESPONSÁVEIS POR PERDAS OU DANOS AO PATRIMÔNIO	24.665.859,21	24.310.246,07
RESPONSÁVEIS POR DESPESAS A REGULARIZAR	7.111.260,89	7.219.437,66
SUPRIMENTO DE FUNDOS NÃO COMPROVADOS	320.149,03	326.398,23
DIÁRIAS E TFD NÃO COMPROVADAS	600.123,21	577.059,39
RESPONSABILIDADE EM APURAÇÃO	13.870.574,92	13.055.680,93
SERVIDORES EXONERADOS	574,23	727,46
BANCOS A REGULARIZAR	2.667.721,35	2.667.721,35
INCONSISTÊNCIAS DE SALDOS PATRIMONIAIS - BENS MÓVEIS	193,55	193,55
CRÉDITOS POR OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	6.118.910,82	4.532.788,80
OUTRAS RESPONSABILIDADES POR DANOS AO PATRIMÔNIO	58.272,56	58.272,56
TOTAL	57.847.641,22	55.182.527,45

Fonte: SIGEFES

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Abaixo, a demonstração dos "Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados" com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

R\$		
	31/12/2017	31/12/2016
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	CIRCULANTE	CIRCULANTE
BANESTES - CAUÇÕES	8.454.850,36	20.375.481,18
BANCO DO BRASIL - CAUÇÕES	122.072,53	119.642,53
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAUÇÕES	165.535,13	24.535,32
VALORES RETIDOS DE FORNECEDORES POR DETERMINAÇÃO DO CNJ	12.912.776,14	0,00
MANDADOS DE SEQUESTRO AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO	54.560,57	59.226,92
PENAS PECUNIÁRIAS	11.335.194,17	11.245.043,26
DEPÓSITOS PARA RECURSOS	15.000,00	15.000,00
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	219.559.115,3	329.338.080,73
VALORES A REPASSAR - DETRAN	58.062.495,65	50.919.653,23
DEPÓSITOS JUDICIAIS	46.748,11	46.748,11
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS PELO ESTADO	604.509,12	0,00
DEPÓSITOS DO IPAJM	0,00	227.030,90
PECÚLIO PRESIDÁRIOS	1.294.617,06	1.211.954,80
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	102.745,09	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	234.397,46	263.313,50
TOTAL	312.964.616,70	413.845.710,48

Fonte: SIGEFES

10. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Os investimentos e as aplicações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro, bem como os investimentos realizados pelo RPPS, com recursos da taxa de administração. A seguir, apresenta-se a composição dos "Investimentos e Aplicações Temporárias":

R\$		
	31/12/2017	31/12/2016
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS DO RPPS	130.578.846,77	131.662.977,90
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	0,00	33.193,58
APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	24.679.591,62	8.901.520,29
TOTAL	155.258.438,39	140.597.691,77

Fonte: SIGEFES

11. Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Apresenta-se, a seguir, a composição dos "Estoques":

R\$		
	31/12/2017	31/12/2016
ESTOQUES	CIRCULANTE	CIRCULANTE
MATERIAL DE CONSUMO	102.629.440,46	91.503.261,20
MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	46.813.800,52	18.814.183,30
MATERIAL DE EXPEDIENTE	50.689,05	57.295,50
MATERIAIS PARA ATENDER MANDADOS JUDICIAIS	1.676.182,93	25.066.853,53
TERRENOS PARA REVENDA	64.127.257,74	103.877.328,29
BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS A ALIENAR	7.572.354,56	2.042.175,17
TOTAL	222.869.725,26	241.361.096,99

Fonte: SIGEFES

12. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Na tabela a seguir, apresenta-se a composição das "Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente":

R\$

	31/12/2017	31/12/2016
VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	982.376,36	981.975,97
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	185.166,03	95.277,73
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR	440.644,31	35.184,90
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR	4.589,79	0,00
DEMAIS VPD A APROPRIAR	37.500,00	0,00
TOTAL	1.650.276,49	1.112.438,60

Fonte: SIGEFES

13. Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Os títulos patrimoniais de outras companhias mantidos pela investidora constituem um ativo financeiro que é um instrumento financeiro e podem ser classificadas como disponíveis para venda ou destinadas à negociação.

As aplicações em instrumentos financeiros (investimentos temporários em ações de outras empresas) serão avaliadas pelo "Método do Valor Justo" (MVJ), quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

"Valor Justo" (Fair Value) é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Ações:

R\$

AÇÕES	31/12/2017	31/12/2016
UNIDADES GESTORAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	2.500,00	2.500,00
220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2.657,43	2.657,43
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	48.627,48	39.615,93
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	292,51	292,51
280203 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	16.146,28	16.146,28
300205 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	9.160.193,32	7.006.149,93
310101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	4.834,36	4.834,36
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	98.293,09	82.841,03
310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	2,63	2,63
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	101,96	101,96
440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	12,88	12,88
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	87.790,55	77.049,28
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	104.074,37	104.074,37
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27.197,56	22.719,11
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	4.237.645,43	4.120.409,35
TOTAL	13.790.369,85	11.479.407,05

Fonte: SIGEFES

14. Investimentos

14.1. Participações Permanentes

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

As participações pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial) estão atualizadas na forma das demonstrações contábeis apresentadas pelas investidas em 31.10.2017, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) que versa sobre Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 (IASB - BV 2012), na qual a defasagem máxima entre as datas das demonstrações contábeis da investida e do investidor não podem ser superiores em 02 (dois) meses.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos avaliados pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial) de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo com posição nos exercícios de 2017 e 2016.

R\$

MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2017	31/12/2016
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
BANESTES - BANCO DO ESTADO DO ES	1.280.992.568,37	1.149.025.795,89
BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ES	390.931.176,71	339.934.483,72
CESAN - CIA ESP. SANTENSE DE SANEAMENTO	2.311.098.303,32	2.195.730.178,05
CETURB-GV S/A	45.482.002,79	93.473.015,36
COMDUSA S/A	0,00	3.126.107,96
COHAB S/A	19.942.774,00	3.158.369,92
FUNDEPAR - FUNDO DE DES. E PARTIC. DO ES	147.783.567,91	168.309.734,70
FUNDAPSOCIAL	1.887.059,57	0,00
TOTAL	4.198.117.452,67	3.952.757.685,60

Fonte: SIGEFES

Tendo em vista o que dispõe o art. 219 da Lei nº 6.404/1976, e considerando que a Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano - COMDUSA foi extinta através da Lei Estadual nº 7.547/2003, informamos que após a versão de ativos e passivos para o Estado, nos termos da referida lei, a conta corrente 28161834000106 (COMDUSA), das contas contábeis 122110101 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS e 122110199 - (-) PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, registrada na UG 800102 - ENCARGOS GERAIS - SEFAZ pelo valor de R\$ 3.126.107,96, foram baixadas no referido exercício, pois o valor

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

não satisfaz à condição de Ativo (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL).

O valor do Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL, antes avaliado pelo método de custo, foi transferido para investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tendo em vista que há, por parte do Estado do Espírito Santo, controle indireto sobre o capital do FUNDAPSOCIAL, cujos recursos são geridos pelo BANDES e aportados pelo Estado. Da mesma forma o valor, antes registrado pelo Patrimônio Líquido, foi ajustado pelo MEP com base nas demonstrações de 31.10.2017.

Segue abaixo a demonstração dos valores concedidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

R\$		
	31/12/2017	31/12/2016
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ES	1.972.756,12	26.527.149,46
CESAN - CIA ESP. SANTENSE DE SANEAMENTO	31.615.492,68	52.861.948,73
CETURB - CIA DE TRANSPORTES URBANOS	17.541.647,28	17.402.000,83
TOTAL	51.129.896,08	96.791.099,02

Fonte: SIGEFES

As alterações na CEASA e no BANDES são decorrentes de Transferência do saldo de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) para investimentos (integralização de Capital Social com saldo de AFAC), tendo em vista autorização em Assembleia e incorporação ao investimento. Já abaixo seguem os valores constituídos em provisão para perdas prováveis com posição nos exercícios de 2017 e 2016 relativos a investimentos do Governo do Estado:

R\$		
	31/12/2017	31/12/2016
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CETURB - CIA DE TRANSPORTES URBANOS	0,00	-42.101.633,69
COMDUSA S/A	0,00	-3.126.107,96
TOTAL	0,00	-45.227.741,65

Fonte: SIGEFES

Os valores registrados em 2016 na conta "Provisão Para Perdas Prováveis - Investimento" referente à Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória - CETURB, apurado pelo Método da Equivalência Patrimonial, foram baixados em 2017 contra a conta contábil de ajustes de exercícios anteriores. Conforme constam nos autos do processo nº 51308479, o valor reconhecido como "provisão" deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Considerando que o total do Patrimônio Líquido já supera o valor dos Prejuízos Acumulados, não é mais necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para o pagamento da obrigação e, por isso, a reversão da provisão.

14.2. Participações Avaliadas pelo Método de Custo

No Método de Custo (MC), o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que recebe as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos avaliados pelo MC (Método de Custo) de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo, bem como os valores concedidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

R\$		
	31/12/2017	31/12/2016
MÉTODO DE CUSTO		
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CODESA S/A	1.627.695,28	1.627.695,28
FUNDAPSOCIAL	0,00	25.445.000,00
OUTROS	43.034,00	43.034,00
TOTAL	1.670.729,28	27.115.729,28

Fonte: SIGEFES

R\$		
	31/12/2017	31/12/2016
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CODESA S/A	478.585,99	386.027,00

Fonte: SIGEFES

14.3. Investimentos do RPPS de Longo Prazo

O montante de R\$ 3.100.821.117,14 registrado neste grupo de contas referem-se as aplicações do Fundo Previdenciário que estão enquadradas nos seguintes normativos:

Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações: dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece que os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência (art. 1º), e define limitações e condições de aplicação nos seguintes seguimentos: renda fixa, variável e de imóvel (art. 2º);

Portaria MPS nº 519/2011 e alterações: dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece a comprovação de elaboração da política anual de investimentos de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN (art. 1º), bem como comprova junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS a aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais (art. 2º). A portaria ainda determina seguir as orientações da Resolução CMN nº 3.922/2010, bem como as seguintes obrigações (art. 3º), dentre as quais destacamos: gestão da aplicação por entidade autorizada e credenciada, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a

compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros; realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente; elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS.

Os investimentos diretos em títulos públicos federais são realizados por intermédio da BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, que presta serviços de custódia qualificada, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 1.399/1990. A escolha da instituição financeira foi realizada por processo licitatório em 2015, cujo contrato foi prorrogado em 2017.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos do RPPS registrado em longo prazo.

INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS DE LONGO PRAZO	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - RENDA FIXA	1.337.941.752,46	1.182.542.991,11
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	273.768.970,32	617.263.106,02
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS - IMA/IDKa	30.430.874,81	25.249.386,87
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS - RENDA FIXA	54.221.221,48	58.386.532,84
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO - RENDA FIXA	1.337.904.266,41	543.224.383,08
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	35.523.641,98	21.500.566,97
FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	5.098.945,83	0,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - RENDA VARIÁVEL	4.134.480,72	3.645.290,76
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - RENDA VARIÁVEL	21.796.963,13	21.327.796,16
TOTAL	3.100.821.117,14	2.473.140.053,86

Fonte: SIGEFES

15. Imobilizado

Os principais critérios de determinação do valor contábil bruto do ativo imobilizado adotados pelo Estado do Espírito Santo no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

IMOBILIZADO	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
BENS MÓVEIS		
VALOR BRUTO	1.314.384.295,63	1.293.334.652,82
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-46.160.012,85	-31.594.907,40
VALOR LÍQUIDO BENS MÓVEIS	1.268.224.282,78	1.261.739.745,42
BENS IMÓVEIS		
VALOR BRUTO	7.155.128.062,31	6.959.842.373,12
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-8.555.372,32	-6.676.460,42
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-125.419,84	-83.211,04
VALOR LÍQUIDO BENS IMÓVEIS	7.146.447.270,15	6.953.082.701,66
TOTAL	8.414.671.552,93	8.214.822.447,08

Fonte: SIGEFES

15.1. Depreciação Acumulada de Bens Móveis e Imóveis

O método para a depreciação de bens móveis da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos foi realizado pelas quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas na "Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 001/2013".

A depreciação dos elementos do ativo imobilizado mobiliário com vida útil econômica limitada do Poder Executivo passou a ser contabilizada mensalmente a partir de 01.03.2018, com base em informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. A vida útil foi definida com base na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998.

A depreciação de bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método linear, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no "Processo TC: 1561/2010".

A depreciação de bens móveis e imóveis do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método de quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no "Ato Normativo nº 286/2015 do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo".

A depreciação dos bens móveis e imóveis da Assembleia Legislativa foi calculada pelo método linear em função da estimativa de vida útil dos bens, conforme Nota Técnica nº 001/2013 do Comitê de Gestão Patrimonial (SEFAZ/SEGER), Nota Técnica nº 002/2013 do Comitê de Gestão Patrimonial (SEFAZ/SEGER), e Ato nº 0851/2015 da Mesa Diretora.

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	8.327.363,89	-776.129,17	7.551.235,72	6.924.082,58	0,00	6.924.082,58
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	442.988,92	-36.415,79	478.404,67	442.012,92	0,00	442.012,92
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	160.186,67	-14.417,89	174.604,53	161.776,01	0,00	161.776,01
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	213.400,76	-21.336,79	234.737,55	213.487,6	0,00	213.487,6
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	159.708,80	-13.563,52	173.262,32	125.023,26	0,00	125.023,26
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.380.536,70	-123.300,86	1.503.837,53	1.366.418,35	0,00	1.366.418,35
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.032.865,27	-366.507,1	2.398.372,38	2.028.830,1	0,00	2.028.830,1
MOBILIÁRIO EM GERAL	2.015.053,2	-181.141,87	2.196.194,8	2.088.397,52	0,00	2.088.397,52
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.922.623,56	-21.454,56	1.944.078,11	498.136,74	0,00	498.136,74
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	10.641.104,85	-4.859.545,45	5.781.559,40	9.579.412,42	-4.376.929,95	5.202.482,47
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	635.794,32	-403.298,23	232.496,09	609.755,09	-353.910,67	255.844,42
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4.585.826,84	-2.167.655,4	2.418.171,43	3.432.790,69	-1.852.387,37	1.580.403,32
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	474.971,92	-246.704,33	228.267,59	565.056,40	-287.080,16	277.996,24
MOBILIÁRIO EM GERAL	1.865.209,82	-636.502,27	1.228.707,6	1.867.336,65	-544.127,30	1.323.209,35
VEÍCULOS	2.120.364,65	-1.022.387,46	1.097.977,2	2.120.364,65	-973.598,42	1.146.776,23
DEMAIS BENS MÓVEIS	958.937,26	-382.997,79	575.939,47	984.108,90	-365.856,03	618.252,87
030901 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ES	69.816.490,87	-31.504.848,72	38.311.642,15	70.436.325,32	-23.914.688,37	46.521.636,95
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	33.785.648,87	-22.394.086,87	11.391.562,00	33.185.901,35	-17.242.701,73	15.943.199,4
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	3.232.324,09	-1.595.654,85	1.636.669,5	2.703.662,79	-1.309.541,85	1.394.120,8
MOBILIÁRIO EM GERAL	12.746.925,27	-5.312.726,88	7.434.198,33	11.917.087,01	-4.073.922,65	7.843.164,36
VEÍCULOS	4.045.168,06	-684.590,67	3.360.577,47	4.042.419,58	-344.319,03	3.698.100,55
DEMAIS BENS MÓVEIS	16.006.424,56	-1.617.789,8	14.488.634,76	18.587.254,79	-944.203,00	17.643.051,7
050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	21.832.801,33	-5.350.530,34	16.482.270,99	20.082.833,58	0,00	20.082.833,58
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.693.908,72	-310.005,33	1.383.903,3	1.549.926,32	0,00	1.549.926,32
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	12.752.183,7	-4.032.084,82	8.720.098,88	11.642.280,3	0,00	11.642.280,3
MOBILIÁRIO EM GERAL	2.670.949,43	-525.606,78	2.145.342,65	2.518.588,87	0,00	2.518.588,87
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	3.259.597,00	-260.793,95	2.998.803,05	3.028.285,00	0,00	3.028.285,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.456.162,46	-222.039,44	1.234.123,0	1.343.753,09	0,00	1.343.753,09
270101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	617.862,21	0,00	617.862,21	611.062,07	-0,13	611.061,94
MOBILIÁRIO EM GERAL	196.712,55	0,00	196.712,55	164.865,10	-0,13	164.864,97
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	285.177,94	0,00	285.177,94	304.537,94	0,00	304.537,94
DEMAIS BENS MÓVEIS	135.971,74	0,00	135.971,74	141.659,03	0,00	141.659,03
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	5.409.612,58	-2.332.089,98	3.077.522,60	7.589.046,50	-1.966.416,76	5.622.627,74
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.247.358,42	-756.711,0	1.490.647,33	4.430.847,20	-1.649.486,58	2.781.360,62
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	443.969,12	-142.514,0	301.455,05	356.808,23	-65.951,86	290.856,37
MOBILIÁRIO EM GERAL	1.784.376,1	-963.694,9	820.681,2	1.818.893,6	-185.462,8	1.633.230,8
DEMAIS BENS MÓVEIS	933.908,89	-469.169,95	464.738,94	982.697,40	-65.517,52	917.179,8
310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	1.447.753,85	-631.451,95	816.301,90	1.664.477,06	-631.451,95	1.033.025,11
VEÍCULOS DIVERSOS	419.484,00	-176.874,55	242.609,45	505.184,00	-176.874,55	328.309,45

DEMAIS UNIDADES GESTORAS	1.062.569.036,44	0,00	1.062.569.036,44	1.074.676.784,11	0,00	1.074.676.784,11
AERONAVES	21.490.556,88	0,00	21.490.556,88	27.768.056,88	0,00	27.768.056,88
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	37.251.457,83	0,00	37.251.457,83	37.050.884,09	0,00	37.050.884,09
APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENS. MÉDICO-DONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	79.256.396,42	0,00	79.256.396,42	110.442.028,22	0,00	110.442.028,22
ARMAMENTOS	37.319.363,52	0,00	37.319.363,52	36.775.229,24	0,00	36.775.229,24
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	575.528,10	0,00	575.528,10	619.279,9	0,00	619.279,9
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	160.303.898,40	0,00	160.303.898,40	164.861.063,6	0,00	164.861.063,6
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	38.313.076,32	0,00	38.313.076,32	35.955.101,19	0,00	35.955.101,1
MÁQ. E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS	99.844.104,75	0,00	99.844.104,75	128.748.855,75	0,00	128.748.855,75
MOBILIÁRIO EM GERAL	159.887.813,7	0,00	159.887.813,7	138.106.081,24	0,00	138.106.081,2
VEÍCULOS	295.840.879,33	0,00	295.840.879,33	293.301.139,02	0,00	293.301.139,0
DEMAIS BENS MÓVEIS	132.485.961,0	0,00	132.485.961,0	101.049.064,8	0,00	101.049.064,8
TOTAL	1.314.384.295,63	-46.160.012,85	1.268.224.282,78	1.293.334.652,82	-31.594.907,40	1.261.739.745,42

Fonte: SIGEFES

**A LEITURA É O MELHOR CAMINHO
PARA O CONHECIMENTO.**

Biblioteca Pública do Espírito Santo: 3137-9351

www.dio.es.gov.br



E DA IMPRENSA

VIVER LONGE DAS **DROGAS**

É ESTAR
MAIS PERTO
DO MELHOR
DA
VIDA



E DA IMPRENSA

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	74.798.453,45	-366.119,16	74.432.334,29	74.798.453,45	0,00	74.798.453,45
EDIFÍCIOS	27.255.533,64	-366.119,16	26.889.414,48	27.255.533,64	0,00	27.255.533,64
TERRENOS	46.876.374,46	0,00	46.876.374,46	46.876.374,46	0,00	46.876.374,46
DEMAIS BENS IMÓVEIS	666.545,35	0,00	666.545,35	666.545,35	0,00	666.545,35
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	16.639.654,96	-4.473.427,27	12.166.227,69	16.332.000,34	-4.322.316,05	12.009.684,29
EDIFÍCIOS	11.158.219,81	-4.473.427,27	6.684.792,54	11.158.219,81	-4.322.316,05	6.835.903,86
TERRENOS	5.138.290,81	0,00	5.138.290,81	5.138.290,81	0,00	5.138.290,81
IMÓVEIS EM ANDAMENTO	343.144,14	0,00	343.144,14	35.489,56	0,00	35.489,56
030901 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ES	237.591.700,90	-3.027.439,75	234.564.261,15	222.869.977,72	-1.771.383,88	221.098.593,74
EDIFÍCIOS	98.883.700,00	-2.978.443,11	95.905.256,89	82.178.510,00	-1.704.889,70	80.473.620,30
TERRENOS	106.506.075,00	0,00	106.506.075,00	96.197.065,00	0,00	96.197.065,00
IMÓVEIS EM ANDAMENTO	6.804.527,65	0,00	6.804.527,65	5.268.004,47	0,00	5.268.004,47
DEMAIS BENS IMÓVEIS	25.397.398,25	-48.996,64	25.348.401,61	39.226.398,25	-66.494,28	39.159.903,97
050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	161.081.260,03	-105.625,75	160.975.634,28	129.672.816,20	0,00	129.672.816,20
EDIFÍCIOS	103.893.942,21	-105.625,75	103.788.316,46	75.375.446,49	0,00	75.375.446,49
TERRENOS	56.630.933,93	0,00	56.630.933,93	53.760.655,21	0,00	53.760.655,21
IMÓVEIS EM ANDAMENTO	472.960,82	0,00	472.960,82	453.291,45	0,00	453.291,45
DEMAIS BENS IMÓVEIS	83.423,05	0,00	83.423,05	83.423,05	0,00	83.423,05
310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	8.993.565,03	-582.760,39	8.410.804,64	8.490.233,69	-582.760,39	7.907.473,30
DEMAIS BENS IMÓVEIS	8.993.565,03	-582.760,39	8.410.804,64	8.490.233,69	-582.760,39	7.907.473,30
DEMAIS UNIDADES GESTORAS	6.656.023.427,94	0,00	6.656.023.427,94	6.712.150.161,37	0,00	6.712.150.161,37
EDIFÍCIOS	538.149.961,40	0,00	538.149.961,40	626.975.011,33	0,00	626.975.011,33
TERRENOS	746.777.143,65	0,00	746.777.143,65	1.171.047.362,75	0,00	1.171.047.362,75
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	721.082.428,82	0,00	721.082.428,82	713.899.258,48	0,00	713.899.258,48
PRESÍDIOS/DELEGACIAS	518.106.153,14	0,00	518.106.153,14	506.874.262,47	0,00	506.874.262,47
SALAS	10.573.788,41	0,00	10.573.788,41	10.374.963,62	0,00	10.374.963,62
IMÓVEIS DOMINICAIS	619.572.992,62	0,00	619.572.992,62	501.957.541,11	0,00	501.957.541,11
IMÓVEIS DE USO COMUM DO POVO	4.039.126,76	0,00	4.039.126,76	4.039.126,76	0,00	4.039.126,76
IMÓVEIS EM ANDAMENTO	3.000.984.759,34	0,00	3.000.984.759,34	2.690.817.539,11	0,00	2.690.817.539,11
INSTALAÇÕES	12.973.406,84	0,00	12.973.406,84	13.034.915,31	0,00	13.034.915,31
BENEFÍCIOS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	18.531.533,96	0,00	18.531.533,96	15.060.662,58	0,00	15.060.662,58
IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS P/ TERCEIROS	27.199.219,82	0,00	27.199.219,82	27.199.219,82	0,00	27.199.219,82
IMÓVEIS DE USO ESPECIAL EM PODER TERCEIROS	234.986.902,44	0,00	234.986.902,44	212.139.714,44	0,00	212.139.714,44
IMÓVEIS DE USO COMUM DO POVO EM PODER TERC.	186.744.141,81	0,00	186.744.141,81	186.744.141,81	0,00	186.744.141,81
DEMAIS BENS IMÓVEIS	16.301.868,90	0,00	16.301.868,90	31.986.441,05	0,00	31.986.441,05
TOTAL	7.155.128.062,31	-8.555.372,32	7.155.128.062,31	6.959.842.373,12	-5.676.460,42	6.953.165.912,70

Fonte: SIGEFES

16. Intangível

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, em especial, os ativos de softwares.

INTANGÍVEL	R\$	
	31/12/2017	31/12/2016
VALOR BRUTO	161.718.184,08	138.895.584,35
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-12.660.935,92	-10.169.820,13
VALOR LÍQUIDO	149.057.248,16	128.725.764,22

Fonte: SIGEFES

16.1. Amortização Acumulada de Softwares

No caso da amortização de *softwares*, os órgãos e as entidades do Poder Executivo estabeleceram o método linear para calcular a amortização.

A amortização dos softwares do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método linear.

A amortização dos softwares do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método de quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no "Ato Normativo nº 286/2015 do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo".

A amortização dos softwares da Assembleia Legislativa foi calculada pelo método linear em função da estimativa de vida útil dos bens.

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES	31/12/2017			31/12/2016		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	234.200,00	-17.498,40	216.701,60	97.200,00	-8.750,88	88.449,12
SOFTWARES	234.200,00	-17.498,40	216.701,60	97.200,00	-8.750,88	88.449,12
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	14.644.845,06	-1.686.091,50	12.958.753,56	12.116.251,47	-710.360,43	11.405.891,04
SOFTWARES	14.644.845,06	-1.686.091,50	12.958.753,56	12.116.251,47	-710.360,43	11.405.891,04
030901 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ES	1.435.939,62	-6.346,11	1.429.593,51	3.145.524,36	-917.696,00	2.227.828,36
SOFTWARES	1.435.939,62	-6.346,11	1.429.593,51	3.145.524,36	-917.696,00	2.227.828,36
100103 - SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	76.971,96	-3.144,70	73.827,26	76.971,96	-3.144,70	73.827,26
SOFTWARES	76.971,96	-3.144,70	73.827,26	76.971,96	-3.144,70	73.827,26
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	35.302.212,90	-10.224.766,04	25.077.446,86	20.800.284,90	-8.041.380,00	12.758.904,90
SOFTWARES	35.302.212,90	-10.224.766,04	25.077.446,86	20.800.284,90	-8.041.380,00	12.758.904,90
220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	340.274,14	-282.631,16	57.642,98	340.274,14	-252.707,48	87.566,66
SOFTWARES	340.274,14	-282.631,16	57.642,98	340.274,14	-252.707,48	87.566,66
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	1.931.650,00	-159.250,00	1.772.400,00	0,00	0,00	0,00
SOFTWARES	1.931.650,00	-159.250,00	1.772.400,00	0,00	0,00	0,00

300207 - AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	54.521,91	-1.343,57	53.178,34	47.522,91	-1.343,57	46.179,34
SOFTWARES	54.521,91	-1.343,57	53.178,34	47.522,91	-1.343,57	46.179,34
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO	6.978.554,33	-2.670,50	6.975.883,83	0,00	0,00	0,00
SOFTWARES	6.978.554,33	-2.670,50	6.975.883,83	0,00	0,00	0,00
310202 - INSTITUTO CAIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	378.163,54	-228.843,94	149.319,60	378.163,54	-186.087,07	192.076,47
SOFTWARES	378.163,54	-228.843,94	149.319,60	378.163,54	-186.087,07	192.076,47
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	7.059.791,32	-48.350,00	7.011.441,32	6.748.641,32	-48.350,00	6.700.291,32
SOFTWARES	7.059.791,32	-48.350,00	7.011.441,32	6.748.641,32	-48.350,00	6.700.291,32
DEMAIS UNIDADES GESTORAS	93.281.059,30	0,00	93.281.059,30	95.144.749,75	0,00	95.144.749,75
SOFTWARES	93.281.059,30	0,00	93.281.059,30	95.144.749,75	0,00	95.144.749,75
LIVROS DIGITAIS (E-BOOK)	483,39	0,00	483,39	344,39	0,00	344,39
TOTAL	161.718.184,08	-12.660.935,92	149.057.248,16	138.895.584,35	-10.169.820,13	128.725.764,22

Fonte: SIGEFES

PASSIVOS**17. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo**

As "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PESSOAL A PAGAR	91.261.434,38	160.065.451,18	251.326.885,56	67.421.480,89	186.644.986,56	254.066.467,45
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.677.613,37	2.677.613,37
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	4.865,90	0,00	4.865,90
FGTS	4.699,66	0,00	4.699,66	4.583,42	0,00	4.583,42
ENCARGOS SOCIAIS RPPS - APROPRIADOS POR COMPETÊNCIA	706.236,39	0,00	706.236,39	0,00	0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	2.093.496,22	11.730.724,62	13.824.220,84	5.113.374,84	13.528.664,93	18.642.039,78
CONTRIBUIÇÕES AD RPPS A PAGAR	9.974.601,05	0,00	9.974.601,05	12.274.542,03	0,00	12.274.542,03
PARCELAMENTO - INSS	143.610,64	1.147.645,92	1.291.256,56	241.689,70	1.245.724,86	1.487.414,60
PARCELAMENTO - PASEP	26.073.218,69	348.651.656,53	374.724.875,22	26.073.218,92	374.724.874,98	400.798.093,90
ENCARGOS FINANCEIROS	2.017.407,52	23.167.130,66	25.184.538,18	1.654.438,41	20.196.437,34	21.850.875,75
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - ESTADO	0,00	0,00	0,00	605,82	0,00	605,82
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	1.721,63	0,00	1.721,63
TOTAL	132.264.704,55	544.762.608,91	677.027.313,46	112.790.521,57	599.018.302,16	711.808.823,73

Fonte: SIGEFES

Os valores apresentados na linha "ENCARGOS FINANCEIROS" (quadro acima), refere-se aos encargos da dívida do parcelamento do PASEP registrado na Unidade Gestora 600201 - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

Os valores apresentados na linha "PESSOAL A PAGAR - NÃO CIRCULANTE" (quadro acima), referem-se a dívidas com pessoal registrados nas Unidades Gestoras do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (UG 020101), do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (UG 030101) e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (UG 050101).

18. Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo

Na tabela a seguir, são apresentados os "Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo" com posição nos exercícios de 2017 e 2016:

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	19.347.562,91	349.330.234,92	368.677.797,83	25.753.872,00	363.181.847,55	388.935.719,55
BNDES	71.630.996,54	2.481.398.013,06	2.553.029.009,60	64.893.672,75	2.523.732.612,43	2.588.626.285,18
BANESPA	50.764.298,35	442.281,92	51.206.580,27	55.248.386,00	49.135.969,93	104.384.355,93
UNIÃO	90.510.749,25	2.212.102.272,20	2.302.613.021,45	41.703.343,78	2.127.278.396,21	2.168.981.739,99
SUBTOTAL DA DÍVIDA INTERNA	232.253.607,05	5.043.272.802,10	5.275.526.409,15	187.599.274,53	5.063.328.846,12	5.250.928.120,65
BID	48.692.555,58	667.673.448,88	716.366.004,46	33.179.981,35	636.279.855,74	669.459.837,09
BIRD	20.431.312,11	224.199.604,91	244.630.917,02	21.511.332,00	230.435.105,02	251.946.437,02
SUBTOTAL DA DÍVIDA EXTERNA	69.123.867,69	891.873.053,79	960.996.921,48	54.691.313,35	866.714.960,76	921.406.274,11
TOTAL	301.377.474,74	5.935.145.855,89	6.236.523.330,63	242.290.587,88	5.930.043.806,88	6.172.334.394,76

Fonte: SIGEFES

CONTRATOS INTERNOS					
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)					
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL	
		INÍCIO	TÉRMINO		
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL					368.677.797,83
CT0403338 - CEF - MANEJO ÁGUAS I	Lei n.º 10.025/13	31/07/2013	19/07/2037		677.504,16
CT0403339 - CEF - MANEJO ÁGUAS II	Lei n.º 10.025/13	31/07/2013	19/10/2036		567.850,86
CT0403340 - CEF - MANEJO ÁGUAS III	Lei n.º 10.025/13	31/07/2013	19/10/2036		971.491,4
CT2596671 - CEF - PRÓ-MORADIA I	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/11/2027		1.301.410,6
CT2596672 - CEF - PRÓ-MORADIA II	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/09/2028		1.051.358,5
CT2596673 - CEF - PRÓ-MORADIA III	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/08/2028		2.247.870,23
CT2596674 - CEF - PRÓ-MORADIA IV	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/11/2028		3.208.936,02
CT2596675 - CEF - PRÓ-MORADIA V	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/03/2028		548.591,75
CT2596676 - CEF - PRÓ-MORADIA VI	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/03/2028		1.974.460,40
CT2596677 - CEF - PRÓ-MORADIA VII	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/02/2028		1.759.477,30
CT0394996 - CEF - FINISA	Res. CMN 4109/12	01/10/2012	15/09/2032		354.368.846,57
BANCO NAC. DE DES. ECON. SOCIAL S.A					2.553.029.009,60
CT0821039 - BNDES - SAÚDE	Lei n.º 8.755/07 e 9.117/09	25/09/2009	15/10/2019		43.269.733,75
CT1020079 - BNDES - PEF II	Lei n.º 9.374/09	20/05/2010	15/06/2020		28.941.119,0
CT0921536 - BNDES - TRANSOL IV	Lei n.º 9.004/08	20/05/2010	15/06/2020		60.176.655,86
CT1221155 - BNDES - PROEDES	Lei n.º 9.874/12 Res. CMN 4091/12	01/10/2012	15/10/2034		2.364.398.733,70
CT1212601 - BNDES - BRT	LEI n.º 9.593/2010	15/01/2013	15/06/2032		56.242.767,20
BANCO DO BRASIL S.A - UNIÃO					2.302.613.021,45
CT0000698 - UNIÃO - B.BRASIL	Lei n.º 5.293/96 e 5.388/97	24/03/1998	30/03/2028		1.376.359.569,02
CT0007546 - UNIÃO - BB - COHAB	Lei n.º 7.546/03	28/02/1998	01/07/2018		926.253.452,43
FUNDAÇÃO BANESTES E SEG. SOCIAL					51.206.580,27
CT0005527 - BANESES	Lei n.º 5527/97	29/06/1998	30/11/2018		51.206.580,27
TOTAL DA DÍVIDA INTERNA					5.275.526.409,15
CONTRATOS EXTERNOS					
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)					
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL	
		INÍCIO	TÉRMINO		
BANCO INT. P/ REECONSTRUÇÃO E DESENV. - (BIRD)					244.630.917,02
CT0007248 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS I	Lei n.º 7.728/93	10/11/2004	15/05/2021		34.666.517,36
CT0007655 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS II	Lei n.º 8.860/08	17/09/2009	15/09/2038		184.014.116,4
CT0008353 - BIRD - GESTÃO INTEG. DE ÁGUAS E PAISAGENS	Lei n.º 10.050/13	28/09/2015	15/08/2038		25.950.283,66
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - (BID)					716.366.004,46
CT0001002 - BID - PRES II	Lei n.º 6.731/01	28/03/2006	20/01/2026		137.778.200,00
CT0002245 - BID - PROFAZ	Lei n.º 9.072/08	05/11/2010	15/04/2030		51.377.831,7
CT0002483 - BID - PRES III	Lei n.º 8.996/08	21/12/2011	20/12/2035		527.209.972,71
TOTAL DA DÍVIDA EXTERNA					960.996.921,48
TOTAL GERAL DA DÍVIDA					6.236.523.330,63

Fonte: SIGEFES

19. Fornecedores e Contas a Pagar

Esta conta compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo.

R\$

	31/12/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR		
FORNECEDORES NACIONAIS	155.314.346,82	149.984.449,97
RETENÇÃO CONTRATUAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES - SALDO SIAFEM	104.261,82	104.261,82
VALORES BLOQUEADOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	3.617.266,96	1.528.721,72
TOTAL	159.035.875,60	151.617.433,51

Fonte: SIGEFES

20. Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Longo Prazo

As "Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

R\$

OBRIGAÇÕES FISCAIS	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
IRPJ A RECOLHER	1.453,83	0,00	1.453,83	38.506,75	0,00	38.506,75
PIS/PASEP - DO EXERCÍCIO	3.295.020,60	0,00	3.295.020,60	2.918.617,20	0,00	2.918.617,20
TAXA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS A RECOLHER	0,00	0,00	0,00	148,67	0,00	148,67
TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TCRS A RECOLHER	224,56	0,00	224,56	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	271.351,83	271.351,83
TOTAL	3.296.698,99	0,00	3.296.698,99	2.957.272,62	271.351,83	3.228.624,45

Fonte: SIGEFES

21. Obrigações de Repartição a Outros Entes

Os montantes de R\$ 1.863.848,68 (em 2017) e R\$ 2.689.514,21 (em 2016) registrados na linha "Obrigações de Repartição a Outros Entes" referem-se à Cota-Parte de ICMS e à Cota-Parte de IPVA arrecadados nos últimos dias do ano e ainda não repassados aos municípios quando do término do exercício.

22. Provisões a Curto Prazo e Longo Prazo

As "Provisões a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

PROVISÕES	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	1.036.255,20	0,00	1.036.255,20	0,00	0,00	0,00
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20	0,00	1.271.535.025,19	1.271.535.025,19
OUTRAS PROVISÕES	2.304.888,38	1.278.362.833,55	1.280.687.721,93	0,00	1.180.184.803,91	1.180.184.803,91
TOTAL	3.341.143,58	3.460.776.698,75	3.464.117.842,33	0,00	2.451.719.829,10	2.451.719.829,10

Fonte: SIGEFES

22.1. Provisões Matemáticas Previdenciárias

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2017 foi realizado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/A Ltda. Em relação às premissas atuariais adotadas no estudo, destacaram-se os seguintes pontos:

- Tábua completa de Mortalidade - ambos os sexos; elaborada pelo IBGE do ano de 2015;
- Ocorrência dos eventos de invalidez, de acordo com a "Tábua de entrada em Invalidez", "Álvaro Vindas";
- "Turn-over" dos Servidores, em relação ao vínculo de emprego;
- Crescimento real do salário de 1,00% ao ano;
- Crescimento real dos benefícios do plano: 0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculados à correção monetária do RGPS;
- Sem solidariedade de gerações, no financiamento dos benefícios;
- Ter começado a trabalhar aos dezoito anos de idade, quando não informado o tempo de INSS anterior;
- Taxa real de retorno, pela aplicação do patrimônio do "Fundo de Previdência" de 5,75% ao ano - Plano Previdenciário e 0% ao ano - Plano Financeiro;
- A taxa anual de juros real adotada para o Plano Previdenciário, baseou-se na rentabilidade anual aferida na política de investimentos para as aplicações dos recursos do RPPS para os próximos anos, uma vez que a política de investimentos tem como parâmetro o IPCA + 5,75% ao ano;
- Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no IPCA, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores;
- Fator de atualização potencial FA \geq (IPCA);
- Método de Capitalização utilizado. Crédito unitário projetado (PUC);
- Composição familiar formada pelo cônjuge e (02) dois filhos, quando não informado no banco de dados.

O passivo atuarial é representado pelo valor atual dos compromissos do IPAJM com os Servidores Ativos, Aposentados e Pensões, menos o valor atual das receitas de contribuições dos segurados e empregadores.

O passivo atuarial é determinado por processo matemático-atuarial considerando os seguintes elementos:

- Valor dos benefícios assegurados de prestação continuada (aposentadoria e pensão por morte);
- Valor dos benefícios assegurados de prestação única ou de curto prazo (auxílios);
- Expectativas de sobrevivência;
- Probabilidades de morte e invalidez;
- Taxas de permanência no emprego;
- Taxas de novos entrados;
- Taxa de aplicação financeira do fundo;
- Nível de contribuição dos segurados;
- Nível de contribuição dos empregadores;
- Valor da folha de vencimentos dos segurados;
- Valor do Fundo de Previdência já existente.

O cálculo do passivo atuarial, também denominado "Provisão Matemática", é elaborado sobre duas massas de segurados:

- A primeira, composta pelos segurados que já estão recebendo o benefício de prestação continuada. Nesse caso, o resultado do cálculo é denominado "Provisão Matemática de Benefícios Concedidos".
- A segunda, composta pelos segurados que ainda não estão recebendo o benefício de prestação continuada. Nesse caso, o resultado do cálculo é denominado "Provisão Matemática de Benefícios a Conceder". Dentro desse grupo temos aqueles que já preencheram todas as condições para começar a receber o benefício de aposentadoria e são denominados "Iminentes". Os segurados que ainda não completaram o tempo ou a idade necessária para começar a receber o benefício de aposentadoria são denominados "Não Iminentes".

A situação atual do Estado, a partir dos resultados obtidos no estudo da massa de servidores segurados, está conforme segue:

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2017			31/12/2016		
	Plano Financeiro	Plano Previdenciário	TOTAL	Plano Financeiro	Plano Previdenciário	TOTAL
PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS						
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS	49.784.442.531,52	574.020.965,98	50.358.463.497,50	44.237.615.922,13	125.766.475,69	44.363.382.397,82
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DOS NATIVOS	-1.254.419.093,28	-14.969.999,79	-1.269.389.093,07	-1.079.425.335,04	-1.409.148,58	-1.080.834.483,62
CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS	-214.077.887,74	-2.309.352,13	-216.387.239,87	-254.932.550,43	-1.743.099,00	-256.675.649,43
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-177.263.464,04	-876.168,81	-178.139.632,85	0,00	0,00	0,00
COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-48.138.662.086,46	0,00	-48.138.662.086,46	-42.903.298.036,66	0,00	-42.903.298.036,66
TOTAL DA PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	555.966.047,45	555.966.047,45	0,00	122.614.228,11	122.614.228,11
PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER						
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS	32.508.390.074,20	5.922.620.223,98	38.431.010.298,18	31.490.264.572,96	5.687.258.953,63	37.177.523.526,59
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	-1.948.895.559,00	-2.794.027.229,23	-4.742.922.788,23	-2.543.969.682,96	-2.953.521.657,44	-5.497.491.340,40
CONTRIBUIÇÕES DOS ATIVOS	-874.447.779,50	-1.502.165.177,00	-2.476.612.956,50	-1.365.058.903,05	-1.584.816.499,11	-2.949.875.402,16
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-3.303.210.960,89	0,00	-3.303.210.960,89	-3.616.645.797,11	0,00	-3.616.645.797,11
COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-26.281.835.774,81	0,00	-26.281.835.774,81	-23.964.592.189,84	0,00	-23.964.592.189,84
TOTAL DA PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	1.626.427.817,75	1.626.427.817,75	0,00	1.148.920.797,08	1.148.920.797,08
TOTAL	0,00	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20	0,00	1.271.535.025,19	1.271.535.025,19

Fonte: SIGEFES

Das variações ocorridas nas provisões matemáticas previdenciárias, destacamos a variação de 11,2949 % de acréscimo no déficit atuarial do Fundo Financeiro (insuficiência financeira), motivado pelos mais de 2000 servidores ativos que passaram para inativo no exercício de 2017 e alteração da tábua de mortalidade de 2015 (IBGE), conforme já exposto em nota pela empresa de atuária. Enquanto no Fundo Previdenciário, o aumento na provisão de "Concedidos e A Conceder" está diretamente relacionado a compra de vidas, são servidores que saíram da provisão do Fundo Financeiro e passaram a integrar na provisão do Fundo Previdenciário.

22.2. Outras Provisões

As premissas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas (Poder Executivo) acerca das despesas com "Complementação de Aposentadorias" foram

as mesmas adotadas na Avaliação Atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM. A taxa de juros aplicada para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos foi de 0,00% ao ano.

Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Poder Executivo que possuem saldo na conta contábil "Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos - Complementação de Aposentadorias (227919000)":

OUTRAS PROVISÕES	RS	
	31/12/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS		
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	3.426.651,24	4.515.575,74
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	11.039.432,59	11.300.427,96
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	57.208.158,88	56.188.878,66
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	3.102.183,38	3.890.380,50
310202 - INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	101.918.858,11	100.598.633,17
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	805.503.114,20	770.063.535,26
420201 - FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	5.173.190,02	5.051.118,84
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.303.016,24	1.335.350,43
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	5.242.312,24	6.371.026,42
800101 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	181.060.720,25	220.869.876,89
TOTAL	1.174.977.637,15	1.180.184.803,91

Fonte: SIGEFES

O montante de R\$ 83.020.914,45 registrado na conta contábil "Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos - Complementação de Aposentadorias (227919000)", na Unidade Gestora 010101 (Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo), refere-se a avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2017, relativa à obrigação para pagamento dos benefícios, direitos e vantagens dos associados, beneficiários e pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais - IPDE cuja obrigação de pagamento é da Assembleia Legislativa do Estado do ES, Lei Estadual nº 4.541/91, mas que foi realizado pela empresa Exacttus Consultoria Atuarial Ltda.

Em relação às premissas atuariais, e as hipóteses atuariais e financeiras adotadas no estudo, destacaram-se os seguintes pontos:

- Taxa de Juros Real (a.a.) = 5,18%;
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano (a.a.) = 0,00%;
- Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios (a.a.) = 100,00%;
- Hipóteses Biométricas: Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador de morte) = AT-2000; Male Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador de sobrevivência) = AT-2000; Male Composição Familiar = Base de dados Regime Financeiro: Aposentadorias = Capitalização - PUC (Crédito Unitário Projetado); Pensão por Morte de Aposentado = Capitalização - PUC (Crédito Unitário Projetado); Pecúlio e Auxílio Funeral = Regime de Repartição Simples.

As demais provisões foram reconhecidas, em regra, de acordo com a análise jurídica de cada ação.

23. Demais Obrigações a Curto Prazo e Longo Prazo

As "Demais Obrigações a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

DEMAIS OBRIGAÇÕES	31/12/2017			31/12/2016		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00	0,00	0,00	460,32	0,00	460,32
CONSIGNAÇÕES	17.566.115,44	0,00	17.566.115,44	11.469.010,38	0,00	11.469.010,38
DEPÓSITOS JUDICIAIS	14.191.333,58	0,00	14.191.333,58	13.747.191,01	0,00	13.747.191,01
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	21.929.251,50	0,00	21.929.251,50	24.424.548,29	0,00	24.424.548,29
VALORES A REP. DO FUNDEB - MUNICÍPIOS	2.440.729,28	0,00	2.440.729,28	1.477.208,74	0,00	1.477.208,74
RETENÇÃO OU BLOQUEIO JUDIC. ADM	1.448.599,54	0,00	1.448.599,54	1.374.832,99	0,00	1.374.832,99
DEPÓSITOS DO IPAJM	0,00	0,00	0,00	227.030,90	0,00	227.030,90
CONTRATANTES DE OBRAS - IOPEX P/ORDEM ADM.	4.461.467,74	0,00	4.461.467,74	5.943.997,71	0,00	5.943.997,71
RETENÇÕES SOBRE CONTRATANTES DE OBRAS P/ORDEM JUD.	304.681,51	0,00	304.681,51	493.841,83	0,00	493.841,83
RETENÇÕES SOBRE CONTRATANTES DE OBRAS - POR ORDEM JUDICIAL	683.275,10	0,00	683.275,10	683.275,10	0,00	683.275,10
PECÚLIO PRESIDÁRIOS - DETALHADO POR FONTE	1.294.617,06	0,00	1.294.617,06	1.211.954,88	0,00	1.211.954,88
DEPÓSITO JUDICIAL DE NATUREZA TRIBUTÁRIA - US 800102	1.060.316,30	0,00	1.060.316,30	962.213,26	0,00	962.213,26
VALORES A REPASSAR - DETRAN	58.062.495,65	0,00	58.062.495,65	50.919.653,23	0,00	50.919.653,23
DEP. PENDENTES DE IDENTIFICAÇÃO	683.070,83	0,00	683.070,83	28.932,61	0,00	28.932,61
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	219.020.345,06	0,00	219.020.345,06	328.993.299,14	0,00	328.993.299,14
PENAS PECUNIÁRIAS	11.335.194,11	0,00	11.335.194,11	11.245.043,26	0,00	11.245.043,26
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	234.397,46	0,00	234.397,46	263.313,50	0,00	263.313,50
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	136.077.450,75	0,00	136.077.450,75	118.407.537,53	0,00	118.407.537,53
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,00	0,00	0,00	33.908.514,26	0,00	33.908.514,26
TOTAL	490.793.341,01	0,00	490.793.341,01	571.873.344,54	33.908.514,26	605.781.858,80

Fonte: SIGEFES

24. Precatórios da Trimestralidade

No Balanço Patrimonial, não estão incluídos os precatórios referentes à trimestralidade, por estarem suspensos por ordens judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e de tribunais superiores (Superior Tribunal de Justiça - STJ e Supremo Tribunal Federal - STF).

Os precatórios da trimestralidade têm origem no art. 6º da Lei Estadual 3935/87 (Lei da Trimestralidade ou do Gatilho), que tratava da concessão de recomposição de vencimentos e proventos a cada três meses, automaticamente, com base em 60%, no mínimo, da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no trimestre.

Os precatórios da trimestralidade foram objeto de ações judiciais impetradas pelo Governo do Estado, em meados dos anos 2000, buscando obter a declaração de nulidade das decisões judiciais já transitadas em julgado (*querela nulitatis* visando a relativização da coisa julgada inconstitucional), voltando-se a atuação, exclusivamente, para os precatórios formados a partir de decisões judiciais fundadas na Lei Estadual n.º 3.935/87. Nessas ações declaratórias, o Estado do Espírito Santo conseguiu provimentos antecipatórios para determinar a suspensão da exigibilidade da coisa julgada e, consequentemente, dos "precatórios da trimestralidade". Por força dessas liminares, os precatórios foram excluídos da lista de antiguidade de precatórios do TJES, permitindo que o Estado do Espírito Santo retornasse o pagamento dos precatórios devidos de modo inquestionável.

A Presidência do TJES, em 6 de abril de 2015, reconheceu a necessidade de revisão dos precatórios da trimestralidade para impor a limitação dos cálculos aos reajustes posteriores. Nos autos do Precatório nº 200.970.00.523, em que se discutiu, perante a Comissão de Precatórios da Trimestralidade, a necessidade de revisão de todos os precatórios, o Exmo. Sr. Des. Presidente, após percuente análise, proferiu decisão reconhecendo ser devida a limitação temporal da condenação e da imputação de reajustes ulteriores sob idêntico fundamento. A questão encontra-se pendente de análise no âmbito do Tribunal de Justiça, cujo desfecho a Procuradoria Geral do Estado (PGE) aguarda, a fim de prover continuidade à revisão dos precatórios.

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

47

Optou-se por não divulgar maiores informações tendo por base o item 109 da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC TSP 03, de 21 de outubro de 2016, de forma a não prejudicar consideravelmente a posição do Governo do Estado no tocante às ações ajuizadas em relação aos precatórios da trimestralidade.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores contabilizados no exercício 2017 diretamente nas contas contábeis de "Ajustes de Exercícios Anteriores", no montante de R\$ 1.346.955.247,64, são decorrentes de: mudanças de políticas contábeis; e ajustes decorrentes de omissões e erros cometidos em exercícios anteriores.

26. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Para fins de apuração do "Quadro do superávit/déficit financeiro", no saldo da conta 821110000 - Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR) foram acrescentados os "créditos a receber (conta 112220100)" e as "contribuições do RPPS a receber - Patronal (conta 113620101)". Sendo assim, a equação contábil citada no MCASP 7ª edição, parte IV - PCASP, item 3.5.3.3, página 360, passa ter a seguinte estrutura:

Saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 + (mais) o saldo das contas "créditos a receber (conta 112220100)" e "contribuições do RPPS a receber - Patronal (conta 113620101)" = Soma dos saldos das contas (de classes 1 e 2 com atributo "F"; 6.2.2.1.3.01.00 e 6.3.1.1.0.00.00).

27. Ativos Contingentes

O montante de R\$ 1.191.902.437,18 registrado na conta contábil 711910590 - OUTROS ATIVOS CONTINGENTES, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais - SEFAZ), refere-se ao estoque de Certidões de Dívidas Ativas (CDAs) que se encontram na condição de "suspensas" e "em garantia" nos valores de R\$ 756.477.066,38 e R\$ 435.425.370,80, respectivamente.

28. Passivos Contingentes

O montante de R\$ 46.423.641,64 registrado na conta contábil 712110199 - OUTRAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS NO PAÍS, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais - SEFAZ), refere-se a garantia do Estado do Espírito Santo concedida ao contrato de financiamento nº 0346.616-59, firmado entre a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN e a Caixa Econômica Federal (CEF).

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

29. Impostos e Transferências

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos e transferências que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

R\$		
IMPOSTOS	2017	2016
IMPOSTO S/ A RENDA E PROV.DE QUALQUER NAT.	613.611.913,22	588.053.170,55
ITCD	65.666.788,46	55.085.292,15
IPVA	482.844.059,23	471.007.923,92
ICMS	9.045.423.297,76	8.605.403.592,46
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-745.694,71	-221.905,06
(-) IRRF PF	-1.613,37	-7.930,18
(-) IRRF PJ	-7.794,87	-4.348,64
(-) IPVA	-396.918,31	-170.736,55
(-) ITCD	-339.368,16	-38.889,69
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS - ICMS	-1.620.686,13	-221.711,08
TOTAL	10.205.179.677,83	9.719.106.362,93

Fonte: SIGEFES

R\$		
TAXAS	2017	2016
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	95.363.891,84	92.042.905,34
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	484.356.456,27	434.503.854,43
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	51.532.745,23	48.781.245,79
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-485.673,92	-420.722,71
TOTAL	630.767.419,42	574.907.282,85

Fonte: SIGEFES

R\$		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2017	2016
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	10.049.045,57	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	4.727.589.229,60	4.547.438.397,65
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	141.268.101,97	167.669.062,07
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	104.906,81	36.438,43
TOTAL	4.879.011.283,95	4.715.143.898,15

Fonte: SIGEFES

30. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do período foi negativo de R\$ 864.287.489,42. Grande parte desse resultado foi decorrente das "PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS", no montante de R\$ 910.858.840,01, registrado na Unidade Gestora 600211 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO, contribuindo significativamente para o déficit patrimonial do período.

As Variações Patrimoniais Qualitativas correspondem às incorporações e desincorporações de ativos, bem como às incorporações e desincorporações de passivos, não afetando o resultado patrimonial do período. Para fins de elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais Qualitativas (quadro abaixo), foram consideradas apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital, tendo por base a relevância da informação.

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2017	2016
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	871.837.637,62	922.525.081,71
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	233.425.908,92	263.894.849,36
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	88.870.091,22	299.083.624,42
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	17.312.375,54	7.294.588,47

Fonte: SIGEFES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

31. Caixa e Equivalentes de Caixa

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; e a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

Na DFC não estão computados os valores de "Depósitos e Cauções", "Penas Pecuniárias", "Conta Especial de Precatórios", "Valores a Repassar - DETRAN", "Depósitos do IPAJM", "Pecúlio Presidiários", e "Parcelamento de Dívida Ativa", pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Dos valores de caixa e equivalentes de caixa constantes na DFC, a quantia de R\$ 3.231.399.963,91 está aplicada em fundos de investimentos de renda fixa e variável pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Vale ressaltar, que as aplicações do Fundo Previdenciário estão enquadradas nos seguintes normativos: Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações; e Portaria MPS nº 519/2011 e alterações.

Quadro Demonstrativo de Caixa e Equivalentes de Caixa da DFC

R\$

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.609.213.545,09	2.482.532.528,49
REDE BANCÁRIA - ARRECADACÃO	9.113.403,08	25.083.471,94
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP	140.597.691,77	536.702.698,64
TÍTULOS PÚBLICOS - MERCADO ABERTO	0,00	898.864.697,93
FUNDO DE APLICAÇÕES EM COTAS - RENDA VAR.	0,00	70.889.161,25
OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	431.472.169,75
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INV.E APLIC.TEMP.A LP	0,00	-3.176.351,72
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	2.473.140.053,86	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	5.232.064.693,80	4.442.368.376,28

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.921.049.676,19	2.609.213.545,09
REDE BANCÁRIA - ARRECADACÃO	9.224.206,61	9.113.403,08
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP	155.258.438,39	140.597.691,77
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	3.100.821.117,14	2.473.140.053,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.186.353.438,33	5.232.064.693,80

Fonte: SIGEFES

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

32. Variação do Patrimônio Líquido no Período

A alteração do Patrimônio Líquido (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) ocorrida no exercício de 2017, em comparação com o ano de 2016, foi de R\$ 487.667.758,22. Parte dessa variação se refere ao resultado patrimonial de 2017 apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, no montante de (R\$ 864.287.489,42); outra parte, cujo valor é de R\$ 1.346.955.247,64, refere-se aos ajustes de exercícios anteriores; e o valor restante de R\$ 5.000.000,00 diz respeito ao aumento de capital registrado na Unidade Gestora 300902 - FUNDESUL.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

33. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na tabela a seguir, apresenta-se o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias:

R\$

RECEITAS CORRENTES REALIZADAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2017	DESPESAS EMPENHADAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2017
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.344.772.835,40	DESPESAS CORRENTES	2.364.451.765,67
RECEITA PATRIMONIAL	375.231,46	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.345.441.197,23
RECEITA INDUSTRIAL	8.094.583,71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.010.568,44
RECEITA DE SERVIÇOS	9.068.200,80	DESPESAS DE CAPITAL	375.231,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.438.467,35	INVESTIMENTOS	375.231,46
TOTAL	2.363.749.318,72	TOTAL	2.364.826.997,13

Fonte: SIGEFES

Vitória (ES), Quarta-feira, 28 de Março de 2018.

34. Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

Do montante de R\$ 1.134.746.931,21 proveniente de créditos adicionais abertos por superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, o valor de R\$ 780.701.042,33 foi executado conforme discriminado abaixo:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	119.598.178,7
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	286.732.941,72
INVESTIMENTOS	357.362.907,59
INVERSÕES FINANCEIRAS	17.007.014,31
TOTAL	780.701.042,33

Fonte: SIGEFES

35. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipos de Créditos

Do valor de R\$ 14.392.338.001,88 empenhado no exercício de 2017, R\$ 12.742.666.321,91 refere-se a créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual do referido exercício, R\$ 1.649.668.203,62 a créditos suplementares e R\$ 3.476,35 a créditos especiais, conforme levantamento elaborado pela Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP.

36. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 745.742.940,62 e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (15.138.080.942,50) e a despesa empenhada (14.392.338.001,88).

BALANÇO FINANCEIRO

37. Deduções das Receitas Orçamentárias

As deduções das receitas orçamentárias são representadas pelas transferências constitucionais e legais aos municípios e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB, bem como pelas restituições de receitas e pelos rendimentos negativos de aplicações financeiras, conforme valores demonstrados abaixo:

DEDUÇÕES DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2017	2016
(-) DEDUÇÕES POR RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	57.347.447,12	9.701.002,93
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.373.385,76	4.911.456,74
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	364,94	45.063,42
115 - ALIENAÇÃO DE BENS	245.400,00	258.000,00
132 - COTA PARTE FEDERAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	64,69
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO	68.631,82	360.025,28
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO	1.149,99	0,00
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	45.130.154,26	0,00
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO	0,00	68.512,81
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	28.091,29	27.100,84
167 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS PARA AÇÕES DE DEFESA CIVIL	0,00	0,11
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	606.641,00	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	878.659,41	4.030.779,04
272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	310,34	0,00
273 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	9.344,14	0,00
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.850,06	0,00
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	3.464,11	0,00
(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	2.725.039.202,81	2.595.951.984,99
136 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	2.612.951.366,35	2.504.816.674,57
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE	8.985.767,41	6.697.340,92
164 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS ROYALTIES LEI 8.308/06	103.102.069,05	84.437.969,50
(-) DEDUÇÕES DE FUNDEB	1.757.165.889,49	1.709.526.546,96
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.757.165.889,49	1.709.526.546,96
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	7.983.261,84	8.078.959,29
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	7.983.261,84	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	0,00	8.078.959,29
TOTAL	4.547.535.801,26	4.323.258.494,17

Fonte: SIGEFES

38. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Na tabela a seguir, são apresentadas as "Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas":

TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS		2017		2016		TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS		2017		2016	
COTA FINANCEIRA RECEBIDA		6.786.514.281,22		6.537.113.345,87		COTA CONCEDIDA		6.786.514.281,22		6.537.113.345,87	
REPASSE RECEBIDO		128.290.724,66		135.651.805,23		REPASSE CONCEDIDO		128.290.724,66		135.651.805,23	
SUB REPASSE RECEBIDO		530.913.226,02		502.158.434,39		SUB REPASSE CONCEDIDO		530.913.226,02		502.158.434,39	
DEVOLUÇÃO DE COTA RECEBIDA		206.247.726,40		111.494.431,78		DEVOLUÇÃO DE COTA CONCEDIDA		206.247.726,40		111.494.431,78	
DEVOLUÇÃO DE REPASSE		746.953,19		9.059.216,46		DEVOLUÇÃO DE REPASSE CONCEDIDO		746.953,19		9.059.216,46	
DEVOLUÇÃO DE SUB-REPASSE RECEBIDO		866.900,40		19.666,94		DEVOLUÇÃO DE SUB-REPASSE CONCEDIDO		866.900,40		19.666,94	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93/2016		66.999.732,14		68.756.995,89		EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93/2016		66.999.732,14		68.756.995,89	
LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2016		0,00		70.326.937,79		LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2016		0,00		70.326.937,79	
LEI COMPLEMENTAR Nº 839/2016		0,00		17.583.992,42		LEI COMPLEMENTAR Nº 839/2016		0,00		17.583.992,42	
DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		18.358,60		0,00		DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		18.358,60		0,00	
TOTAL		7.720.597.902,63		7.452.164.826,55		TOTAL		7.720.597.902,63		7.452.164.826,55	

Fonte: SIGEFES

39. Caixa e Equivalente de Caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2017		2016		2017		2016	
		INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.609.213.545,09		2.482.532.528,49		2.921.049.676,19		2.609.213.545,09	
REDE BANCÁRIA - ARRECADADO		9.113.403,08		25.083.471,94		9.224.206,61		9.113.403,08	
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP		140.597.691,77		536.702.698,64		155.258.438,39		140.597.691,77	
TÍTULOS PÚBLICOS - MERCADO ABERTO		0,00		898.864.697,93		0,00		0,00	
FUNDO DE APLICAÇÕES EM COTAS - RENDA VAR.		0,00		70.889.161,25		0,00		0,00	
OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		0,00		431.472.169,75		0,00		0,00	
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INV.E APLIC.TEMP.A LP		0,00		-3.176.351,72		0,00		0,00	
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO		2.473.140.053,86		0,00		3.100.821.117,14		2.473.140.053,86	
TOTAL		5.232.064.693,80		4.442.368.376,28		6.186.353.438,33		5.232.064.693,80	

Fonte: SIGEFES

40. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		2017		2016		2017		2016	
		INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
DEP. E CAUÇÕES RELAT. A CONTR. OU CONV.		20.519.659,03		15.115.614,32		21.655.234,16		20.519.659,03	
MANDADOS DE SEQUESTRO AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO		59.226,92		0,00		54.560,57		59.226,92	
PENAS PECUNIÁRIAS		11.245.043,26		7.145.545,97		11.335.194,17		11.245.043,26	
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS		329.338.080,73		400.927.943,46		219.559.115,33		329.338.080,73	
VALORES A REPASSAR - DETRAN		50.919.653,23		26.708.244,02		58.062.495,65		50.919.653,23	
DEPÓSITOS DO IPAJM		227.030,90		209.628,09		0,00		227.030,90	
PECÚLIO PRESIDÁRIOS		1.211.954,80		1.098.383,46		1.294.617,06		1.211.954,80	
VALORES BLOQUEADOS EM CONTAS BANCÁRIAS		0,00		0,00		102.745,09		0,00	
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA		263.313,50		502.773,23		234.397,46		263.313,50	
TOTAL		413.783.962,37		451.708.132,55		312.298.359,47		413.783.962,37	

Fonte: SIGEFES

41. Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi de R\$ 852.803.141,63 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 6.498.651.797,80) e no início do ano (R\$ 5.645.848.656,17).

Protocolo 386793

VIVER LONGE DAS DROGAS

É ESTAR MAIS PERTO DO MELHOR DA VIDA

Encare a Vida

Conselho Estadual Sobre Drogas Espírito Santo

IMPRESA OFICIAL/ES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO